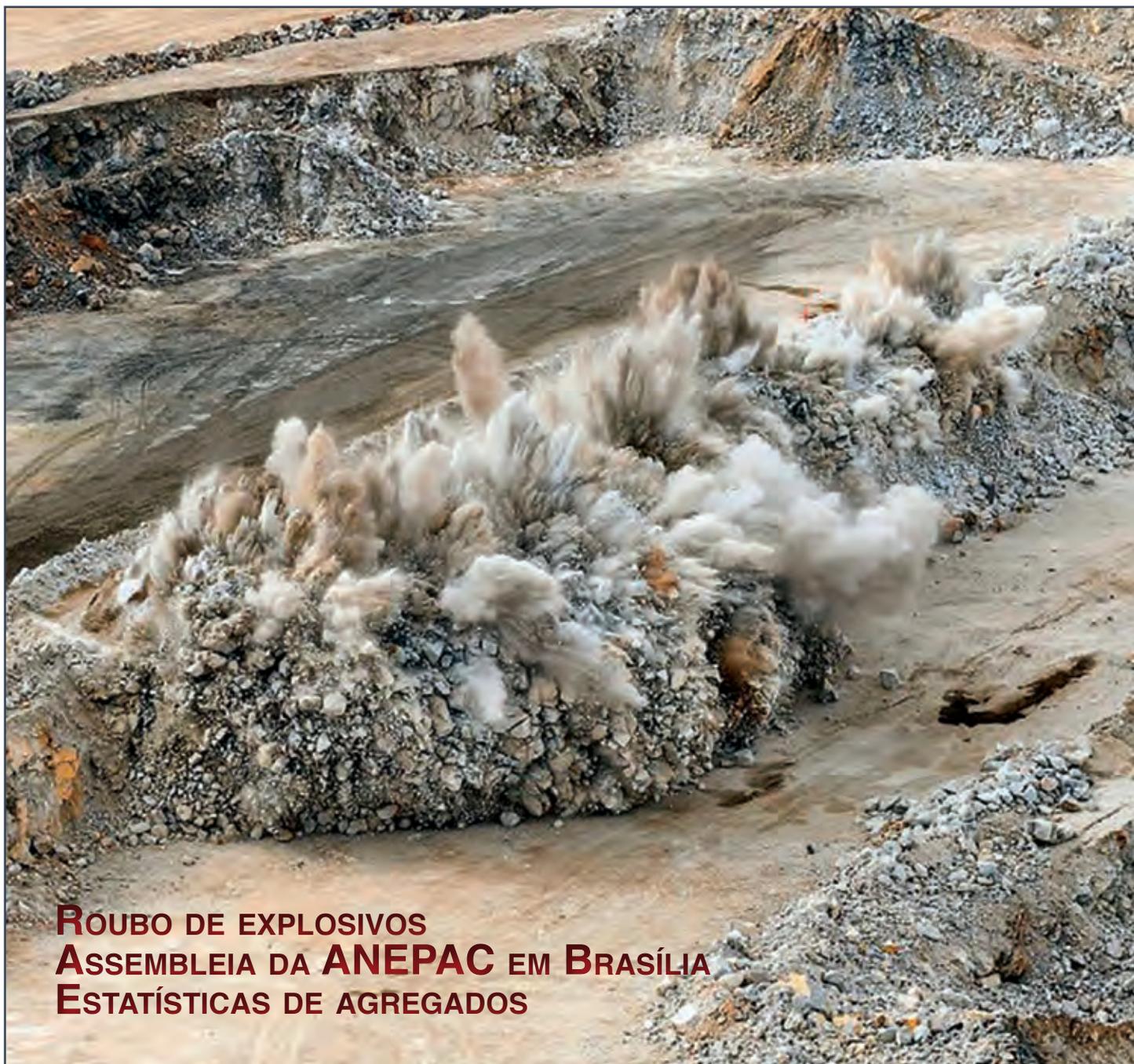


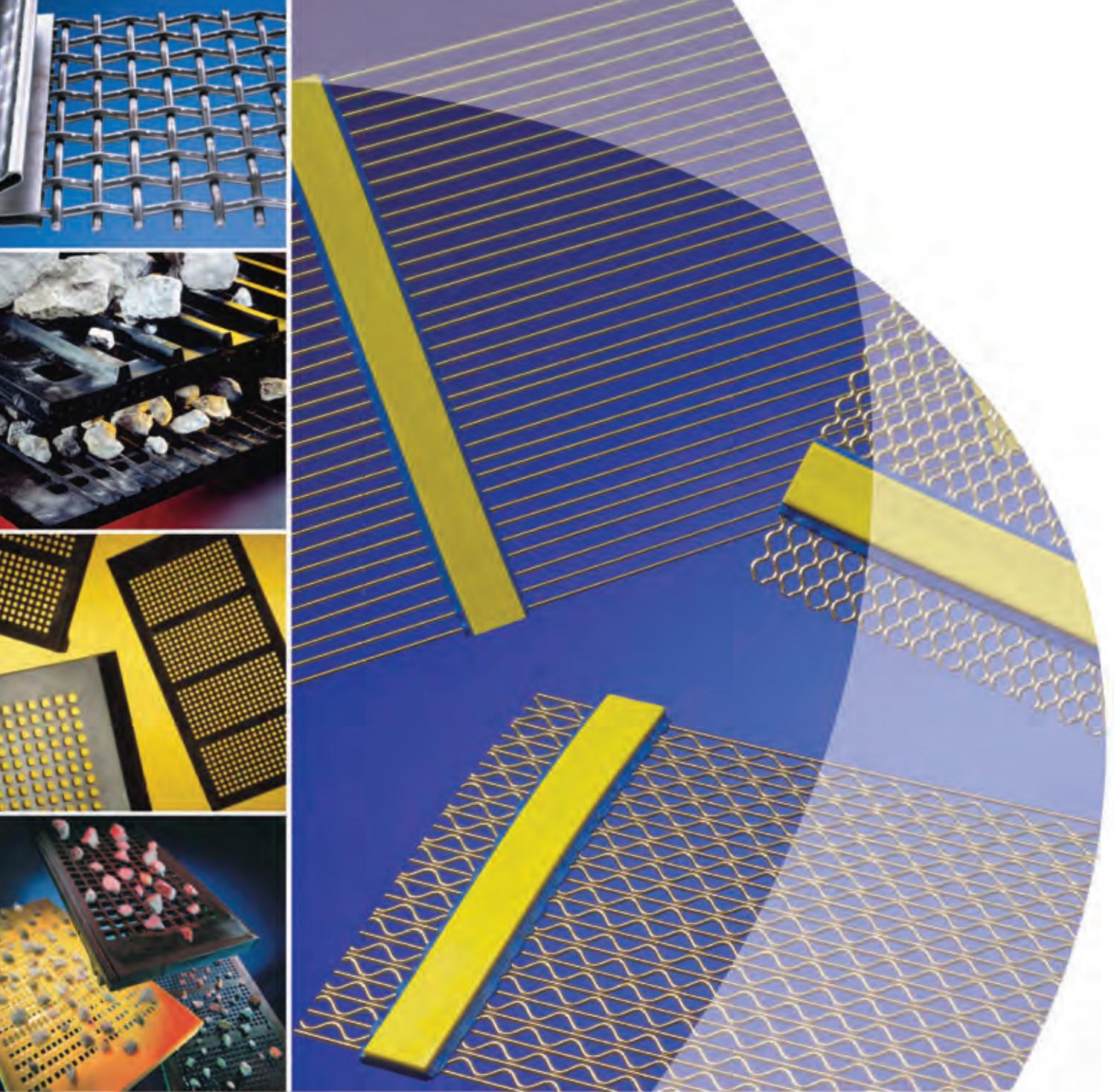
revista

ab

areia e brita



ROUBO DE EXPLOSIVOS
ASSEMBLEIA DA ANEPAC EM BRASÍLIA
ESTATÍSTICAS DE AGREGADOS



Soluções em telas para peneiras

Qualidade e tecnologia Metso

Disponibilizamos uma linha completa de telas Metso para peneiras vibratórias, fabricadas nacionalmente em borracha, poliuretano e aço.

Oferecemos também uma ampla variedade de sistemas de fixação e aberturas diferenciadas, além da experiência em aplicações e desenvolvimentos nos segmentos de mineração e construção, aliado ao conhecimento de todo o processo e dos equipamentos.

Para mais informações: 15 2102-1300, www.metso.com.br



DE VOLTA À CFEM

O assunto CFEM voltou às páginas dos principais jornais do país com o DNPM cobrando quase R\$ 5 bilhões da Vale em débitos além de declarações do governo e de políticos favoráveis ao aumento da CFEM. O DNPM quis também caducar as concessões da Vale, mas os motivos para essa atitude drástica não ficaram claros. De qualquer forma, o Ministério de Minas e Energia e a Direção-Geral do DNPM suspenderam essa possibilidade de querer prejudicar a segunda maior empresa do país.

A suposta dívida da CFEM da Vale vem da divergência que existe entre a empresa e o DNPM na interpretação da legislação da CFEM e da forma peculiar que o DNPM adota para calcular os débitos. Pelo que se pode deduzir do noticiário, as divergências de interpretação estão basicamente em dois pontos: se pelotização é beneficiamento ou industrialização (art. 14, inciso III, do Decreto nº 1/91) e o que se pode deduzir como transporte (art. 2º da Lei 8.001/90).

Pelo inciso III do art. 14 do Decreto nº1/91, pelotização é um processo de beneficiamento. Assim também era tratado no Regulamento do IUM. Mas se formos tratar tecnicamente o assunto, a pelotização, como a sinterização, é um processo industrial que permitiu o aproveitamento dos finos que eram considerados rejeitos. Grosso modo, para fazer pelotas, há a adição de aglomerantes (calcário, bentonita, etc.) aos finos, faz-se a mistura que vai para um disco de pelotização, e as pelotas formadas vão para pré-aquecimento e queima para que as partículas se agreguem.

Quanto ao transporte, houve uma batalha jurídica em que as empresas filiadas ao Sinferbase conseguiram vitórias seguidas para seu entendimento, mas foram derrotadas na última decisão do Superior Tribunal de Justiça.

O problema maior que atinge não só a Vale, mas todas as empresas mineradoras, está na forma peculiar que o DNPM adota para fazer os cálculos. Em primeiro lugar, ninguém tem acesso à planilha eletrônica. O DNPM só fornece extratos e, portanto, não se sabe exatamente como os números são gerados. Em segundo lugar, o DNPM não segue a legislação. O art. 2º da Lei nº 8.001/90 fala que podem ser deduzidos para ter a base de cálculo da CFEM os tributos incidentes, o transporte e o seguro, mas o DNPM só admite a dedução dos tributos efetivamente recolhidos e o frete, desde que lançado na nota fiscal.

Quanto aos tributos, o DNPM já deu mostras de seu total desconhecimento sobre matéria tributária e seu vai e vem mostrou que nem sabe o que está fazendo.

Em 17/06/99, houve a publicação da Portaria nº 158/99, tendo como anexo a Ficha de Apuração da CFEM, uma planilha em que está claramente escrito “Tributos Recolhidos no Mês”. Um ano depois, em 13/06/2000, publicou a Instrução Normativa nº 8/00 que trata do preenchimento da tal ficha. Nela consta a seguinte pérola: “Tributos incidentes no mês – aqueles efetivamente apurados ...”. Ou seja, mistura alhos com bugalhos. O DNPM acha que tributo incidente é a mesma coisa que tributo apurado e, como manteve a Ficha de Apuração tal como estava, passou a confundir não só tributo incidente com o apurado, mas achar que incidente, apurado e recolhido são a mesma coisa.

Mesmo em relação ao frete, o DNPM fez inovações. Não considera como tal o transporte de centenas de quilômetros por via férrea, cabotagem, rodoviário ou por dutos feito pela empresa para fazer processamento em outro lugar. Por exemplo, não considera como frete o minério de ferro que vai por via férrea ou por duto para ser pelotizado. O mesmo ocorre para blocos de granito que sai de várias pedreiras para o depósito da empresa para ser desdobrado.

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 28 de março deste ano, muitos mineradores reclamaram das “cobranças abusivas” do DNPM. Associações de produtores de várias entidades manifestaram seu desagrado. Os produtores de água mineral reclamam que tem de pagar CFEM sobre a garrafa (vidro, plástico) e o copo, pois o DNPM diz que o vasilhame é “beneficiamento”, um absurdo. Produtores de calcário corretivo reclamam que receberam cobranças com valores que chegam a 60% do valor patrimonial da empresa.

A verdade é que a CFEM transformou o DNPM em carrasco dos mineradores. Os técnicos do órgão agora são fiscais de tributos sem nunca terem recebido treinamento adequado para isso e com isso vem tomando atitudes incompreensíveis em relação a esse assunto. Em 2009, o Distrito do DNPM de São Paulo publicou Edital de Notificações de débitos da CFEM para praticamente todas as empresas mineradoras do Estado, ocupando várias páginas do Diário Oficial da União. As empresas tiveram de correr ao órgão para tentar retirar os ofícios de Notificação, que deveriam ter sido enviadas com antecedência, para saber do que se tratava. Os demais Distritos agiram com mais prudência. A reação foi tão grande que o Diretor-Geral teve que publicar portaria prorrogando o prazo para apresentação das contestações. ■

ISSN - 1518-4641

EDIÇÃO 54 - JULHO | AGOSTO | SETEMBRO 2011

ISSN - 1518-4641

Publicação trimestral da ANEPAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS
PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

Endereço: Rua Itapeva, 378 Conj. 131 CEP: 01332-000
São Paulo – SP

E-mail: anepac@uol.com.br | Site: www.anepac.org.br
Tel./Fax: 11 3171 0159

Conselho Editorial

Fernando Mendes Valverde
Milton Akira Kiyotani
Gláucia Cuchierato
Daniel Debiazzi Neto

Diretoria

Presidente Executivo: Fernando Mendes Valverde
Diretor: Daniel Debiazzi Neto

Conselho Administrativo

Presidente: Ednilson Artioli (SP)
Vice-presidente: Sérgio Pedreira de Oliveira Souza (BA)
Eduardo Rodrigues Machado Luz (SP)
Carlos Toniolo (RS)
Marco Aurélio Eichstaedt (SC)
Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio (SP)
Antero Saraiva Junior (SP)
Luiz Eulálio Moraes Terra (SP)
José Luiz Machado (RS)
Pedro Antonio Reginato (RS)
Sandro Alex de Almeida (RS)
Fábio Rassi (GO)
Fauaz Abdul Hak (PR)
Rogério Moreira Vieira (RJ)

Conselho Fiscal

Luiz Eulálio M. Terra
Antonio Reginato
Fábio Rassi

Editada pela: EMC - Editores Associados Ltda.

Av. Prestes Maia, 241 - 35º andar - conj. 3520 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável: Emanuel Mateus de Castro

Editoração: Ana Maria Gloeden Brum

Revisão: Patrícia Corsetto

Impressão: IPSIS Gráfica e Editora

Contatos Publicitários: 11 3228 9290

Revista de âmbito nacional de 4.000 exemplares, dirigida às empresas de mineração de areia e brita do país, principais prefeituras municipais, governos estaduais, construtoras e outros segmentos que tenham direta ou indiretamente vinculação com o setor de agregados para a indústria da construção civil. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a Opinião da ANEPAC. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.



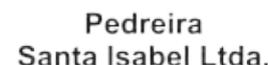
SUMÁRIO

- 6** **Reportagem**
CFEM CENTRALIZOU AS ATENÇÕES EM BRASÍLIA
- 13** **Reportagem**
USO CRIMINOSO DE EXPLOSIVOS: VERSÃO E FATO DE UM GRAVE PROBLEMA
- 23** **Artigo**
MELHORANDO A DRAGAGEM DE AREIA
- 27** **Coluna**
ESTATÍSTICA
- 28** **Reportagem SMARJA**
SMARJA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO LEGISLATIVO GAÚCHO
- 32** **Notícias**
- 40** **Tendências e desenvolvimento tecnológico**
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL PARA AGREGADOS
- 42** **Coluna**
COMUNICAÇÃO

ENTIDADES ASSOCIADAS



EMPRESAS MANTENEDORAS



CFEM CENTRALIZOU AS ATENÇÕES EM BRASÍLIA

A questão da redução da alíquota da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - dos atuais 2% para 0,6% - foi o principal tema da reunião em Brasília, no dia 28 de julho, organizada pela Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac) com a participação de representantes de sindicatos e associações do setor de areia e brita. "Essa foi a primeira reunião do setor planejada dentro do novo perfil profissionalizante, com a valorização dos mantenedores e associados", conforme Ednilson Artioli, presidente do Conselho Administrativo da entidade.

O encontro também serviu para que outros assuntos do setor fossem debatidos, como a questão do ICMS, do ordenamento territorial, aprovação do Código Florestal – alguns artigos podem respingar na área de mineração de agregados – e o uso de dinamites nas explosões de caixas eletrônicas, principalmente em São Paulo.

Os assuntos administrativos também foram destaques. Entre eles, o anúncio de novos mantenedores da entidade e a apresentação de pleitos para a Frente Parlamentar do Setor de Agregados.

Foi também apresentado, em primeira mão, o folder da Anepac, destacado por Ednilson Artioli como "compromisso meu e do nosso presidente-executivo, Fernando Valverde. Foi uma gestação de nove meses e, nele, tentamos colocar tudo o que é essencial sobre a Anepac. O folder vai ter um perfil dinâmico. É o primeiro, mas esperamos que todos façam suas críticas e sugestões para que na próxima edição sejam feitas as alterações. Ele representa a fotografia do momento da nossa associação".

Alíquota

A reunião de Brasília teve como ponto forte a discussão sobre os caminhos que a Anepac irá percorrer para acelerar o processo de aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei 3.661/97, de autoria do então deputado federal Ricardo Izar, que trata da redução de percentual da alíquota da CFEM que incide sobre minerais utilizados na construção civil. Parado no Senado, a associação se mobiliza para que o projeto de lei entre na pauta de votação, uma vez que o momento é crucial para a desoneração do setor de agregados em

virtude da necessidade de obras de infraestrutura e de construção de moradias. "Os parlamentares estão em início de mandato e com carência de pautas. Julgamos importante a questão da redução da CFEM e precisamos atuar para que o Senado nos escute", declarou Ednilson Artioli.

Os empresários defendem que baixar a alíquota da CFEM é uma questão de justiça social, uma vez que o percentual da compensação financeira para areia e brita é bem superior ao de pedras preciosas (0,2%) e de ouro (1%). O setor de areia e brita sustenta,



Ednilson Artioli, presidente do Conselho da ANEPAC

ainda, que a redução da alíquota, automaticamente, chegará ao consumidor final, que resultará em mais construção de moradias e quilômetros de estradas.

Outras questões

A Anepac defende a unificação nacional da alíquota do ICMS e na reunião ficou decidido que essa será uma das bandeiras da associação. O setor de agregados quer que em todo o País seja implementado o mesmo sistema empregado em Goiás, com a redução da base de cálculo para o ICMS. “Em nosso setor, a questão do ICMS não é regulado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). É nesse sentido que precisamos agir objetivando o fim da diversidade de alíquotas”, declarou Artioli.

Entrou também na pauta de discussão, a questão do ordenamento territorial, que se elaborado, protegerá os bens minerais. Conforme Fernando Valverde, o novo diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, se sensibilizou com o tema e está encaminhando avaliação para a Casa Civil. “O Plano Nacional de Agregados é uma iniciativa da presidente Dilma Rousseff, quando dirigia a Casa Civil. Precisamos que o governo assuma - que não mais irá pensar e agir no curto prazo - e garanta para as futuras gerações areia e brita a preço justo. Mas isso só será possível com o ordenamento territorial e com a proteção das áreas”, ressaltou Valverde.

Sobre o Código Florestal, Valverde assinalou que pode trazer consequências negativas para o setor de agregados, mas que o



Daniel Debiazzi Neto, diretor da ANEPAC

assunto já foi levado para a Comissão de Mineração.

Por fim, chegou-se à conclusão de que a Anepac precisa dirimir as dúvidas que recaem sobre o setor com relação às explosões dos caixas eletrônicos por dinamites em São Paulo. Fernando Valverde declarou que já foram realizadas reuniões com o alto comando do Exército quando foram apresentadas as formas como as pedreiras usam os explosivos, sendo praticamente impossível que eles estejam sendo furtados ou roubados de pedreiras. “Firmamos compromisso com o Exército de estudar medidas adicionais de segurança como procedimento de cooperação para este momento, que é bastante delicado, principalmente, em São Paulo. Mas, também, deixamos claro que as explosões em caixas eletrônicos é um problema de segurança e não das pedreiras”, acrescentou Daniel Debiazzi Neto, diretor da Anepac.

Parceiros

Convidados especiais, representantes da Caterpillar (nova matenedora da Anepac) e da Sotreq marcaram presença na assembleia em Brasília. Arnoud Schardt, da Caterpillar, em breve pronunciação, reforçou a importância da parceria com a entidade nacional de areia e brita. Claudinei Melo, da Sotreq, por sua vez, discorreu sobre o trabalho que a empresa desenvolve na formação de mão-de-obra para equipamentos com o objetivo de padronizar os procedimentos e melhorar a qualidade de processos e valorização e retenção de profissionais.



Arnoud Schardt, da Caterpillar



Claudinei Melo, da Sotreq

ANEPAC CONQUISTA A ADESÃO DE PARLAMENTARES

Novas forças se juntaram à luta da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac) para que entre na pauta de votação do Senado o Projeto de Lei nº 3.661/97, que trata da redução da alíquota da CFEM.

Presente no jantar oferecido pela entidade, em Brasília, o deputado federal Arnaldo Jardim reafirmou seu compromisso com os pleitos da Anepac e prometeu empenho no diálogo com o Senado. Entretanto, ele ressaltou que o governo está preparando o Marco Regulatório para todo o setor de mineração, que prevê a incidência de royalties e aumento de tributos. “Temos de fazer pressão, mas no sentido de participarmos da mesa de negociação e do debate. Temos de ser proativos para mostrarmos a força do setor de agregados para a construção civil nas negociações do Marco Regulatório”, acrescentou.

O deputado federal Washington Reis também marcou presença no jantar da Anepac e lembrou o tempo em que foi prefeito de Duque de Caxias (RJ), quando acompanhou de perto o segmento de agregados. Para ele, a carga tributária do setor é impagável. “Um governo inteligente é o que reduz os impostos e não onera mais os setores produtivos”, disse ao mencionar a proposta do governo do Marco Regulatório.

Quem também fez um pronunciamento na oportunidade foi o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Penna, lembrando que o Brasil tem um déficit habitacional grande e que o instituto que dirige sempre apoiou o Projeto de Lei que trata da redução da alíquota da CFEM. “Entendemos o benefício social que será a redução da alíquota da CFEM e continuamos com a Anepac nesta luta.”

Ricardo Izar Júnior, deputado federal, fez questão de lembrar o empenho de seu pai, Ricardo Izar, na aprovação do Projeto de Lei nº 3.661/97 e aproveitou o momento para fazer um apelo a todos os presentes que integram as Câmaras Legislativas para que atuem no sentido de agilizar a votação no Senado. Ele ressaltou a importância social dessa iniciativa, inclusive, na geração de empregos e, principalmente, na redução do déficit habitacional.



Deputado Federal Washington Reis



Deputado Federal Arnaldo Jardim

MINERAÇÃO

BASE DO CRESCIMENTO MUNDIAL



14º

**CONGRESSO
BRASILEIRO
DE MINERAÇÃO**

14TH BRAZILIAN MINING CONGRESS

EXPOSIBRAM 2011

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO
INTERNATIONAL MINING EXHIBITION



Vem aí o maior evento da mineração brasileira.

14º Congresso Brasileiro de Mineração e Exposição Internacional de Mineração - EXPOSIBRAM 2011

Venha debater os assuntos mais importantes relacionados à mineração brasileira e mundial. Você ficará atualizado sobre o setor e também conhecerá as novidades e oportunidades de negócios nos estandes dos expositores.

26 A 29
DE SETEMBRO DE 2011
EXPOMINAS / BELO HORIZONTE - MG

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
www.exposibram.org.br

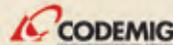
Promoção



IBRAM

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO
The Brazilian Mining Association
La Cámara Minera de Brasil

Apoio



Patrocinador Diamante



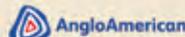
Patrocinador Ouro



Patrocinador Prata



Patrocinador Bronze



Apoio Entidades

Apoio Institucional

Secretaria Executiva



E-mail: exposibram@eticacentros.com.br

Patrocinadores confirmados até 20 de junho de 2011

PLANO NACIONAL DE AGREGADOS É PRIORIDADE PARA O DNPM

O diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, em seu pronunciamento, durante jantar oferecido pela Anepac a representantes do Legislativo, de órgãos públicos e do setor de agregados, em Brasília, foi enfático ao afirmar que não medirá esforços para dar prosseguimento ao Plano Nacional de Agregados, um dos pleitos da entidade que reúne os produtores de areia e brita do País. “Temos o maior interesse em retomar esse projeto”, anunciou Sérgio de Souza, ressaltando que, inclusive, já conversou com o vice-presidente da República Michel Temer, sobre o assunto.

O diretor geral do DNPM também destacou outros projetos que envolvem, inclusive, o setor de agregados para a construção civil e que estão em discussão no governo. “O DNPM tem participado das reuniões, nas quais, estão sendo examinados os Projetos da Lei da Mineração, do Marco Regulatório e dos Royalties. Esses projetos estão mais adiantados que o do Plano Nacional de Agregados, mas isso não significa que este ficará em segundo plano.

Reivindicação

O setor de areia e brita reivindica que seja disciplinado o uso da terra, uma vez que não é possível mudar de lugar uma pedreira ou uma cava de areia.



Sérgio Pedreira de Oliveira e Souza, vice-presidente do Conselho da ANEPAC

“Por meio do Plano Nacional de Agregados pretendemos que o País tenha um ordenamento territorial. Lutamos para que o ente público proteja esses bens minerais”, enfatizou Ednilson Artioli, presidente do Conselho da Anepac. Ele acrescentou que por meio do ordenamento territorial as pedreiras e as extratoras de areia teriam garantias de funcionamento até a sua exaustão e seria proibida a construção de residências próximas a essas áreas.

Segundo Fernando Valverde, presidente-executivo da Anepac, por meio do Plano Nacional de Agregados haveria, inclusive, a garantia de fornecimento de areia e brita às futuras gerações a preço justo. “O ordenamento territorial é a grande questão do setor de agregados para a construção civil. Por meio dele chegaremos à legislação, que obrigaria os municípios a preservarem (no sentido de não esterilizar) os locais de exploração de areia e brita.”



Fernando Valverde, presidente executivo da ANEPAC



Sérgio Augusto Dâmaso de Souza, diretor-geral do DNPM

DISCURSO DE VALVERDE CHAMA ATENÇÃO PARA A CFEM

Durante o jantar, em Brasília, que reuniu representantes do setor de areia e pedra, do Legislativo e de órgãos governamentais, Fernando Mendes Valverde, presidente-executivo da Anepac, em discurso, ao justificar as razões pelas quais o setor de agregados luta pela redução da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), declarou que o imposto onera diretamente quem explora esses minerais, que são de baixo valor econômico e tem concorrência acirrada.

Lei, na íntegra, o discurso:

A questão da CFEM para o setor de agregados

“Gostaríamos de, nesta reunião, explicar porque os segmentos de agregados para a construção civil e do calcário agrícola desejam uma redução substancial da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – conhecida como CFEM.

Para aclarar nossos pontos, vamos fazer um pequeno resumo do que se trata. A compensação financeira a Municípios, Estados e União pela exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e recursos minerais foi prevista no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal de 1988. A Lei nº 7.990/89 instituiu a compensação; a Lei nº 8.001/90 fixou alíquotas e a participação de cada ente público, e o Decreto nº 1º/91 regulamentou o pagamento.

Para os recursos minerais, a legislação estipulou que a CFEM era de até 3% do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral. O faturamento líquido foi definido como o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização, as despesas de transporte e as de seguro. Para areia, brita e calcário agrícola foi atribuída a alíquota de 2%.

É importante esclarecer que não somos contrários que a Nação seja ressarcida pela exaustão de recursos minerais. Muito dos recursos não são abundantes.

Muitas vezes são raros, mesmo em escala global. Portanto, quem detiver tais recursos poderá auferir ganhos significativos. Então é justo que a Nação seja compensada pela exploração de um recurso que, uma vez exaurido, nunca mais vai gerar riqueza. Julgamos também que mesmo a exploração de recursos minerais abundantes deva compensar a Nação pela oportunidade proporcionada de obter lucros com um bem que pertence a todos.

Feito este esclarecimento, permita-nos atentar agora para o foco da questão. Muitos podem alegar que as alíquotas de até 3% são baixas e não oneram o minerador. Não concordamos e vamos mostrar por quê. Na mineração existem dois grupos distintos de bens minerais. Um é constituído pelos que exploram e vendem o produto mineral. O outro explora o produto mineral e, em seguida, o transforma em um produto industrializado. São duas realidades bem distintas.

O primeiro grupo – aos quais os agregados para a construção civil pertencem – além da CFEM tem tributos incidentes sobre a comercialização, sendo o principal deles o ICMS. Para este grupo, a CFEM onera diretamente seus ganhos. Simulação feita para um projeto mineral em que o produto mineral obtido é vendido sem industrialização indicou que 2% – que é a alíquota que incide sobre a maioria das substâncias minerais – afetam em 10% o resultado obtido antes do pagamento do Imposto de Renda. Qualquer empresário sabe que obter 10% a mais de lucro exige um tremendo esforço.

O segundo grupo não auferir seus ganhos diretamente da atividade extrativa mineral. O bem mineral pode ser muitas vezes o fator essencial para sua atividade. Exemplificando, a siderurgia não vive sem o minério de ferro, nem a metalurgia do alumínio vive sem a bauxita, etc. Seus lucros, porém, vem da venda de produtos mais elaborados – o aço, as chapas, os vergalhões, etc. Essas indústrias vão recolher obviamente o ICMS e outros impostos sobre a venda destes produtos finais.

Evidentemente, a CFEM não pode incidir sobre o faturamento líquido resultante da venda destes produtos finais, pois já deixaram de ser produto mineral. Incide sobre o bem mineral – o minério de ferro, a bauxita, etc. – que é industrializado. A alíquota da CFEM incide sobre um valor denominado de consumo que é definido como os custos totais que atingem a matéria-prima mineral antes de ser industrializada.

Não é necessário dizer que o reflexo dos 2% é incomparavelmente menor sobre o resultado da empresa deste segundo grupo do que do grupo anterior. Além disso, o controle que pode ser exercido sobre o custo do produto mineral antes da industrialização é muito menor, para dizer o mínimo. A verdade é: o segundo grupo pode estabelecer o valor que quiser para o produto mineral e ninguém pode afirmar que esteja errado.

Fica claro, portanto, que realidades distintas deveriam ter sido tratadas de modo distinto na legislação. Tratar todos do mesmo modo implica prejudicar mais alguns do que outros.

Além deste tratamento diferenciado para o primeiro grupo, os produtores de areia e pedra britada desejam também um tratamento mais especial ainda e esperamos aproveitar este momento para justificar isso também.

Todos sabem que areia e pedra são abundantes na natureza. São tão abundantes que a legislação mineral permite que possam ser exploradas mesmo sem a realização de uma pesquisa mineral prévia. Esta abundância, muitas vezes, acaba prejudicando quem se dedica à sua extração. Não é raro que se use este argumento para tentar impedir a atividade em um município ou região. Esta relativa abundância torna a extração de areia e pedra muito comum. É raro um município onde não haja pelo menos um porto de areia ou pedreira. São produtos de baixo valor econômico e, para se obter lucro, é preciso produzi-los em grande quantidade. A concorrência é acirrada. Pelo baixo valor econômico devem ser produzidos

próximos ao mercado consumidor. O transporte aumenta, e muito, seu preço final. Como o mercado consumidor é basicamente urbano, isto leva as minerações a se instalarem próximas às cidades.

Em conseqüência, as minerações de areia e brita estão sobre o crivo constante da sociedade. Um pequeno descuido ou negligência – tais como assoreamento de cursos d'água, uma detonação mal-executada – leva a reações que muitas vezes levam ao encerramento da atividade. Isto se não implicar em campanhas contra a extração mineral, legislações proibitivas, etc.

Por estarem sobre o crivo constante da sociedade sofrem fiscalização mais severa. Ninguém quer ser responsabilizado por uma possível falha. Não raramente servem de cobaias para experiências de órgãos controladores do meio ambiente ou de posturas municipais.

A proximidade dos aglomerados urbanos implica também alto custo da propriedade, seja para adquiri-la, seja para arrendá-la. Há casos em que minerações de agregados pagam IPTU em vez de ITR tal seu envolvimento com o meio urbano. Por tudo isso, os custos não operacionais para produzir areia e brita são altos se comparados com custos de minerações de outras substâncias minerais situadas em outros ambientes.

Enfim, senhores, nossos produtos são essenciais à melhoria da qualidade de vida das populações e o serão por longo tempo, insubstituíveis. Se não pudermos produzi-los a um custo compatível com a realidade brasileira, os prejudicados não seremos nós somente, mas toda a população, pois as obras particulares e públicas ficarão mais caras ou simplesmente não serão executadas. Nós dependemos das obras públicas e particulares para sobreviver. A população depende de nossos produtos para que tenha acesso à moradia, transporte, saúde, educação e alimentação.

Qualquer redução de custos é bem-vinda. Por isso, pleiteamos a redução da CFEM. Contamos com o apoio dos senhores para que olhem com bastante carinho esta questão.”

USO CRIMINOSO DE EXPLOSIVOS: VERSÃO E FATO DE UM GRAVE PROBLEMA

O roubo de caixas eletrônicos de bancos com o uso de explosivos tornou-se fato corriqueiro e preocupa autoridades de segurança pública, Exército e o povo em geral. Comerciantes atemorizados querem a retirada destes equipamentos, pois temem que sua existência dentro de seu estabelecimento torne-se um chamariz para bandidos, trazendo prejuízos e riscos a todos que estejam no local. Bancos buscam soluções para reduzir o apelo para essa modalidade de crime, tornando as notas roubadas inviáveis para o uso.

Na comoção trazida por essa prática criminosa, os órgãos de comunicação de massa – jornais, revistas, rádio e televisão – fazem especulações, buscam opiniões, entrevistando policiais e autoridades, querendo saber como os bandidos têm acesso aos explosivos. Não raramente, essas especulações os levam a concluir que os explosivos foram roubados, extraviados ou desviados de pedreiras, com afirmações de que o armazenamento é feito sem segurança, conjecturando que várias pessoas têm acesso fácil a esses pontos, de que quantidades não são controladas, enfim, uma série de ilações que demonstram desconhecimento e falta de

aprofundamento do tema que deveria embasar uma divulgação correta e isenta.

A divulgação de informações imprecisas influencia opiniões não só do povo em geral, mas também das autoridades envolvidas com o problema, um tanto distantes da realidade operacional das minerações. “Estas preocupam-se com a repercussão”, notou o diretor da ANEPAC, Daniel Debiazzi, que participou de uma reunião que avaliou o problema, a convite da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Ministério do Exército, na qual estiveram presentes representantes de fabricantes de explosivos e seus acessórios, transportadores dos produtos e consumidores.

Debiazzi constatou também que “está consolidada uma avaliação de que a utilização de explosivos e acessórios nos empreendimentos de mineração em geral e em pedreiras em particular constitui a parte mais vulnerável de toda a cadeia. Observa que há uma visão estereotipada de que as operações de desmonte nos empreendimentos de mineração, particularmente de médias e pequenas empresas, não têm procedimentos rigorosos o bastante e controles suficientes para garantir que

explosivos e acessórios não sejam desviados. As empresas produtoras de explosivos consideram seus sistemas de produção e a logística de distribuição adequados, não havendo indicadores que ressaltem vulnerabilidades nessas operações.

Por outro lado, na avaliação de um dos representantes de transportadores, há procedimentos e medidas de segurança suficientes, não havendo registros de roubos na operação de transporte, ainda que a identificação obrigatória da natureza da carga (norma da ANTT) seja apontada como um ponto de vulnerabilidade na segurança.

O DFPC informou que está estudando diversas medidas para combater o problema, de naturezas distintas, como aquelas que passam pela obtenção de sugestões de fabricantes, transportadores e consumidores, link de comunicação na página do DFPC, meios para agravamento penal dos envolvidos em crime com uso de explosivos (hoje enquadrados no artigo 253 do Código Penal, com pena de dois anos), bem como a cobrança de responsabilidades civis de profissionais (engenheiros) envolvidos nas operações com uso de explosivos.

O PROBLEMA, SEGUNDO A MÍDIA

Embora as autoridades públicas insistam em vincular os ataques a caixas eletrônicos de bancos a roubos de explosivos em pedreiras, o levantamento feito pela Areia & Brita sobre as ocorrências publicadas nos diversos veículos de comunicação, de todo o país, mostra que roubos foram feitos em diversos setores industriais e que o comércio clandestino de explosivos ocorre em locais não correlacionados com a operação de pedreiras.

Levantamento publicado pelo Centro de Comunicação Social, da Diretoria

de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), órgão subordinado ao Comando de Logística do Exército Brasileiro declarou que a quantidade de emulsão e dinamite furtada ou roubada em 2010 foi 170% superior a 2009. Segundo o órgão, 1,06 tonelada de emulsão de nitrato de amônia e de dinamite foi levada por criminosos, além de 11,7 km de cordel detonante e 568 espoletas ou detonadores. Em 2009, foram 392 kg. Os maiores roubos registrados ocorreram no Rio Grande do Sul (373 kg) e

Alagoas (300 kg), sem levar em conta duas toneladas de emulsão roubada durante o transporte em São Paulo, posteriormente recuperada. As cidades que registraram furto ou roubo de explosivos foram: Vespasiano Corrêa, Pelotas, Eldorado do Sul e Nova Roma do Sul, no Rio Grande do Sul; Siderópolis e Forquilha, em Santa Catarina; Sengés, no Paraná; Luminárias e Campo Belo, em Minas Gerais; Morrinhos, em Goiás; Arapiraca e Maceió, em Alagoas; e Ariquemes e Cacoal, em Rondônia. As autoridades

policiais afirmam que os explosivos são roubados de pedreiras ou obras em estradas. Um dos marginais detidos pela Polícia Federal, em Limoeiro (PE), Arimatéia Rodrigues de Lima, seria responsável por aliciar funcionários de pedreiras. Lima, conhecido como Ari Soldado, por ter servido o Exército, teria aprendido o manuseio com colegas, no ano em que serviu, e teria se tornado um perito em fixar as cargas explosivas em caixas eletrônicos.

Segundo o diretor do Departamento de Identificação e Registros Diversos (DIRD) de São Paulo, delegado Aldo Galiano Junior, em entrevista para Agência Estado (12/05/2011), a Divisão de Produtos Controlados não tem cadastro atualizado dos produtos que ficam armazenados em pedreiras. Também não conhece todas as ocorrências de furto e roubo de materiais usados por ladrões que explodem caixas eletrônicos, mas que após a onda de ataques será feito um estudo pormenorizado, levantando ocorrências desde 2000 para entender a dinâmica do crime. Galiano Junior disse ainda que com o Infocrim (Sistema de Informações Criminais) todas essas ocorrências serão recuperadas. Todas as empresas serão fiscalizadas para saber como o controle de estoque é feito ressaltando que as ocorrências de furto e roubo de explosivos que constam no cadastro do DIRD são poucas em relação aos ataques aos caixas eletrônicos. Existe uma portaria de 2006, da Delegacia Geral, que determina que as delegacias devem comunicar “essas ocorrências em pedreiras”, mas que essa determinação estaria sendo seguida com rigidez somente nas cidades do interior. Galiano disse que “em 99% das explosões são usados explosivos de pedreira (em gel) e que 40 casos ainda não tem laudos prontos”. Para a polícia, duas hipóteses estão sendo consideradas para a posse de explosivos por bandidos. Estariam sendo vendidos clandestinamente ou roubados de pedreiras, sem que neste

caso tenha havido comunicação à polícia. Ainda segundo a reportagem, o químico da Divisão de Operações Especiais de Brasília, Carlos Alberto Tabanez, disse que os explosivos usados pelas quadrilhas são do tipo emulsões encontrados em pedreiras para desmontar rochas e feitos de nitrato de amônia.

O jornal Tribuna do Norte, de Natal (RN), noticiou em 12/01/2011 a apreensão de 4,7 toneladas de dinamite e Nitron, um explosivo em pó, além de metros de estopim e espoletas. Essa quantia, quatro vezes maior que a roubada em 2010, segundo o Exército, foi encontrada em um paiol da empresa Comercial Manoel Lucas, situada no município de Carnaúbas dos Dantas, RN. “Encontramos 565 kg em bananas de dinamite. Quando fomos ao armazém tinha mais de 4.000 kg desse pó, divididos em sacos de 25 kg”, contou o delegado geral da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, Ronaldo Gomes. A empresa fabricante informou que o Nitron só é vendido a minerações e após cumprir toda a burocracia exigida pelo Exército.

Reportagem feita pelo jornal Zero Hora de Porto Alegre (RS), em 30/05/2011, mostra que o comércio ilegal de explosivos é feito em ruas movimentadas e praças de cidades do noroeste do Rio Grande do Sul e em Ciudad Del Este, no Paraguai, onde o negócio pode ser feito com camelôs que são usados como intermediários. A reportagem negociou a compra de emulsão de nitrato de amônia com camelôs, em Ciudad Del Este, com compromisso de entrega no Brasil, por meio de motoqueiros, mediante taxa de entrega que varia de R\$ 20,00 a R\$ 50,00. No noroeste gaúcho, a negociação se deu em Ametista do Sul, com um “blaster” (cabo de fogo), que vendia explosivos desviados, por R\$ 1.000,00. Outro cabo de fogo informou à reportagem que criminosos ofereciam cerca de 20 vezes seu salário para que obtivesse os explosivos.

Sobre o mesmo assunto, no telejornal Bom Dia Brasil (30/05/2011), da Rede Globo, o delegado Juliano Ferreira, do Departamento Estadual de Investigação Criminal do Rio Grande do Sul, alertou: “A alternativa dos criminosos, e sem dúvida sempre uma boa alternativa, pela pouca fiscalização das nossas fronteiras, é a busca destes explosivos no Paraguai, Argentina e Uruguai”. Ainda segundo o noticiário, os criminosos evitam roubos às mineradoras, pedreiras e empresas que trabalham com detonação para não chamar atenção da polícia. Preferem desviar material com ajuda de “blasters”.

O jornal Zero Hora, de 14/05/2011, informou a prisão de suspeito de triplo homicídio e roubo de explosivos, em São Leopoldo (RS), em ação conjunta da Brigada Militar e da Polícia Civil: 12,5 kg de dinamite tinham sido roubados, em Caxias do Sul, no dia 5 de maio, de uma caminhonete de empresa de detonações e terraplanagem, na rodovia RS-122. Além do explosivo, 35 dispositivos para detonação também foram levados.

Ainda sobre uso de explosivos em roubos de caixas automáticos, a edição de 17/05/11, do jornal O Correio (Estado da Bahia, Grupo Globo) trazia declarações do secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Telles Barbosa, denunciando a falta de fiscalização do Exército na venda de explosivos. “Em muitos casos, os explosivos são desviados de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de cidades do interior. O material usado em um dos ataques no Estado foi desviado de uma pedreira no interior de Minas Gerais. É necessário um maior controle desses explosivos”, explicou.

Sobre roubo de explosivos de obras do PAC, o jornal O Meio Norte, de 12/04/2011, informou que a Polícia Federal, havia prendido assaltantes que roubaram explosivos de obras do PAC. Janderlyer Gomes de Lima, delegado regional de Combate ao Crime



Ao longo de sua história, a Britanite apoiou e forneceu suporte para o desenvolvimento de grandes obras e da indústria de base brasileira, contribuindo para o crescimento do país nos últimos 50 anos.

Sua atuação e sua presença evidenciam-se nos três segmentos de mercado:

- » *Construção civil pesada*
- » *Pedreiras*
- » *Mineração*



Organizado da Polícia Federal no Piauí, disse que os assaltantes roubam cargas que vão para obras do PAC. "Com as obras do PAC começou a chegar mais explosivos nos Estados do Nordeste", informou. "Na região de Alagoas e Pernambuco, a intensificação das obras do PAC proporciona o acesso mais fácil a explosivos." A Polícia Federal conseguiu informações de que, além do roubo em obras públicas, as quadrilhas estão interceptando cargas de explosivos. "Agora vamos encontrar a origem dos explosivos. Vamos verificar o número de séries dos explosivos apreendidos e mapear de onde eles vieram", informou o delegado. Com os assaltantes foram apreendidos duas pistolas 380, uma escopeta calibre 12, grande quantidade de cordel detonante, emulsão explosiva e 12 bananas de dinamite. Segundo o jornal, o Exército está apurando a existência de fábricas de explosivos. "Encontramos tudo que é necessário para a preparação de material explosivo. A emulsão explosiva usada principalmente em pedreiras foi o material encontrado com os assaltantes. Provavelmente, é material desviado de obras porque o controle de venda desse material é bem rígido. Houve desvio de pedra ou roubo", declarou Gesário Bezerra, chefe do Grupo de Bombas e Explosivos da Polícia Federal.

O Jornal Pequeno, de São Luís/MA, de 09/03/2011, informou que foram recuperados 100 kg de dinamite roubados em Capinzal do Norte, a 260 km de São Luís. O explosivo foi roubado em novembro de 2010, da empresa Georadar, que faz prospecção de gás natural em Capinzal. Os explosivos foram localizados em uma chácara na estrada de acesso a Gonçalves Dias, município vizinho a Capinzal.

O jornal Correio do Povo, de 11/11/2010, informou que 273 kg de explosivos foram roubados de uma pedreira, no bairro de Santa Tecla, zona rural de Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre. Cinco assaltantes encapu-

zados e fortemente armados renderam um vigia após terem entrado na área, supostamente cortando cerca de arame farpado. Em seguida, arrombaram a porta de ferro do paiol e levaram o material.

O jornal O Norte, de 25/05/2011, noticiou roubo de explosivo ocorrido durante o final de semana na empresa São Pedro Indústria e Comércio de Minerais, localizada no município de Pedras de Fogo (PB), na divisa dos Estados da Paraíba e Pernambuco.

A Folha de Rosário, de Rosário (MA), de 19/05/2011, noticiou que 20 autuações e apreensões de explosivos ocorreram, em 2010, em mineradoras no Maranhão, por irregularidades. No início do ano, uma mineradora foi fechada por não cumprir normas do Exército. O jornal informou que 11 grandes mineradoras usam explosivos, sendo quatro em Bacabeira, três em Rosário, duas em Balsas e duas em Codó.

O blog Canindé Notícias Locais (<http://canindenoticias-estevam.blogspot.com>, de 19/05/2011), informou que 45 kg de pólvora, 250 m de estopim, 111 espoletas e 215 m de cordel detonante foram roubados, na noite do dia 18 de maio, da empresa Granistone, em Riacho Novo, município de Santa Quitéria (CE), a 222 de km de Fortaleza.

O Paraná-Online, (www.paranonline.com.br, de 9/06/2011) noticiou que bandidos roubaram explosivos de um paiol comunitário, em Morro Azul, município de Almirante Tamandaré (PR), na tarde do dia 7 de junho. Dois vigias foram rendidos e grande quantidade de dinamite, cordel e espoletas foi levada.

O Campo Grande News (www.campograndenews.com.br, 06/05/2011) informou que 25 kg de dinamite foram roubados de um depósito, em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia, ligada à cidade de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Assaltantes arrombaram a porta do depósito e levaram além da dinamite, 500 m de cordel

detonante. O roubo, que ocorreu em 6 de junho, deixou em alerta as autoridades da fronteira.

O blog do Zé Dudu de Paraopebas (www.zedudu.com.br 15/05/2011), informou que 25 kg de dinamite, da marca Ibe-gel, foram roubados de um almoxarifado de uma empresa de agrimensura. Segundo o blog, que noticiou o fato em 15 de abril de 2009, a empresa tinha autorização do Exército para usar os explosivos.

O Carajás O Jornal (www.carajasojournal.com.br) informou que 25 kg de dinamite foram roubados da empresa Geoterra que faz serviços de mineração no Cedere I. Dois cadeados que fechavam a sala foram quebrados. A empresa reportou que há acampamento de "Sem Terra", próximo à sede da empresa. Ainda segundo o jornal, foi registrada na delegacia do município de Canaã dos Carajás roubo de espoletas da mineradora Vale.

O informativo Só Notícias (www.sonoticias.com.br) noticiou em 11/06/2011, que uma equipe da Gerência de Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso está investigando o roubo de cerca de 900 bananas de dinamite, no município de São José do Rio Claro, a 315 km de Cuiabá. Dezoito caixas, com 50 cartuchos cada, foram levadas de um contêiner, que estava em uma chácara, a 5 km da cidade, no dia 9 de junho. O explosivo pertencia a uma empresa de exploração de gás e petróleo do Estado do Rio de Janeiro. Segundo informações, de três a 10 pessoas fortemente armadas teriam rendido um vigia e fugido com a carga em uma camionete.

O informativo da ABSO (www.abso.org.br) informou em 03/04/2011 que, segundo a polícia, os oito casos de explosão de caixas eletrônicos, desde fevereiro, na região de Campinas, podem estar relacionados com o roubo de 300 kg de dinamite ocorrido em novembro de 2010, em pedra de Jundiá.

O QUE DIZEM AS ASSOCIAÇÕES

Entre as associações e sindicatos de produtores de brita associadas à ANEPAC, somente a Agabritas, do Rio Grande do Sul, e o Sindipedras, de São Paulo, informaram que suas filiadas tinham sido vítimas de ações de assaltantes em roubo de explosivos.

Laura Glüer, assessora de Imprensa da Agabritas, disse que uma associada foi roubada e informou também que a maioria das grandes pedreiras deixou de estocar explosivos por medida de segurança ou por questões econômicas. Num rápido levantamento enviado pela Agabritas, das 17 pedreiras que responderam, 13 terceirizam o desmonte de rochas ou compram a quantidade necessária no sistema "venda com retorno" para uso imediato, sendo que as sobras são imediatamente devolvidas ao fornecedor, não necessitando estocar em paióis. Sete declararam que mantêm paióis, sendo que em três delas os paióis estão desativados, tendo optado por compra na quantidade certa ou emulsão bombeada.

Tasso de Toledo Pinheiro, presidente do Sindipedras/SP, informou que uma pedreira de Jundiá teve seis caixas de 25 kg de explosivos roubadas por seis assaltantes durante a madrugada, em novembro de 2010. Informou que estes indivíduos chegaram em três carros, os estacionaram em um vila, nas proximidades da pedreira, e subiram a pé para a pedreira para não despertar atenção. Renderam o vigia da noite e aguardaram o vigia da madrugada dominando-o também. Em seguida, dirigiram-se ao paiol onde subjugaram um terceiro vigia e arrombaram a parede do paiol para roubar o explosivo. Os vigias tiveram de ajudar os bandidos no transporte das caixas até os veículos usados no assalto. Tasso Pinheiro disse que a pedreira terceiriza o desmonte primário de rocha, não mantendo estoque. No caso, o explosivo tinha acabado de chegar para ser usado para detonar matacões - que surgiram no decapeamento da rocha - e pelo local em que estavam, precisou ser usado o fogacho (desmonte secundário por explosivo). O fato indica informação privilegiada, já que além do conhecimento da chegada, os bandidos conheciam o sistema de alarme do paiol, tanto que furaram a parede para o roubo.

O roubo foi comunicado às autoridades policiais, com apresentação das notas de compra do explosivo. Tasso Pinheiro estranha a informação de que o Exército não tinha conhecimento do roubo, já que a guarnição do Exército em Campinas também esteve na pedreira para averiguações. Informou também que as grandes e médias pedreiras do Estado não mantêm mais paióis de explosivos e acessórios para seus desmontes de rocha já que usam emulsão

bombeada. Empresas fornecedoras de explosivos executam todo o processo.

Tasso Pinheiro informa que todos os cartuchos e acessórios são numerados e possuem código de barras estampadas, e que estes números são relacionados nas notas fiscais emitidas pelo fabricante. Diz ainda que em desmonte de rocha feita em minerações os invólucros dos explosivos se espedaçam, mas que ainda assim não são totalmente destruídos. Argumenta que no caso dos caixas eletrônicos explodidos, boa parte do envoltório pode ser recuperado, os números dos códigos de barras lidos e verificada a origem do explosivo.

Marta Séguin, secretária executiva do Sindibrita do Rio de Janeiro, informou que nenhuma empresa tinha reportado roubo de explosivos de suas instalações.

José Ricardo Montenegro Cavalcante, presidente do Sindibrita do Ceará, disse que não havia nenhuma notícia de roubo de explosivos de suas filiadas e que não tinha informações sobre quem não é associado.

Antonio Luis Fraga Limoeiro, presidente do Sindibrita da Bahia, informou que não tomou conhecimento de nenhum roubo de explosivos entre suas associadas e que também desconhece que tenha havido incidentes desse tipo com outras pedreiras de brita do Estado.

Fauáz Abdul-Hak, presidente da Pedrapar do Paraná, disse que não sabe de nenhuma ocorrência de roubo de explosivos envolvendo suas associadas no Estado.

José Cimardi, diretor financeiro do Sindipedras de Santa Catarina, informou que não há registro de roubo de explosivo em nenhuma de suas 48 associadas.

Fábio Rassi, vice-presidente do Sindibrita de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, informou que não tem conhecimento de ocorrências em pedreiras de sua região, já que poucas fazem estoque de explosivos em paióis e a maioria contrata empresas especializadas que trazem o explosivo e acessórios, fazem o desmonte e recolhem as sobras, portanto não há necessidade de manter paióis. Disse que esse tipo de ocorrência era mais provável em empreiteiras de obras ou durante o transporte.

As associações argumentam ainda que não somente pedreiras de brita lidam com explosivos. Além delas, pedreiras de fábricas de cimento e de cal, pedreiras de granito e mármore ornamental, minerações em geral, garimpeiros e empreiteiras de obras são usuários de explosivos, além de vários outros não catalogados. Observam ainda que contrabando e fábricas clandestinas não podem ser descartados. Nitrato de amônia é também produto usado na fabricação de fertilizantes.

SINDEX : Explosivos e acessórios são rastreáveis

Se há alguma desconfiança de que as dinamites utilizadas por bandidos nas explosões de caixas eletrônicos em São Paulo são roubadas ou furtadas de pedreiras, o coronel da reserva do Exército Lauro Pereira Dias, que integra a diretoria técnica do Sindicato da Indústria de Explosivos no Estado de São Paulo (Sindex), afirma enfaticamente que as pedreiras são responsáveis e é quase impossível as bananas serem retiradas dos estabelecimentos. Ele, que também é engenheiro químico, mestre em engenharia química e engenheiro de segurança do trabalho, sustenta que 90% das pedreiras do Estado de São Paulo não usam mais bananas de explosivos para desmonte de pedras. “As pedreiras têm optado pela emulsão explosiva e esta é preparada pelo próprio fabricante de explosivos no local de detonação”, explica.

Este sistema, conforme o coronel da reserva do Exército Lauro Dias, é simples, seguro e elimina completamente o armazenamento de explosivos em paiois, ou seja, as dinamites não ficam “disponíveis” para roubos ou furtos. “A empresa de explosivo leva para as pedreiras o produto semipronto. Lá, agrega aditivos e, em poucos minutos, o material está pronto para ser detonado. Essa operação é segura e os estoques das pedreiras de explosivos estão praticamente sendo zerados”, assinala o diretor técnico do Sindex.

Rastreabilidade

Todo explosivo fabricado no País recebe um número, conforme o coronel da reserva do Exército Lauro Pereira Dias. Com essa identificação, é possível saber para quem ele foi entregue, uma vez que a numeração é aplicada na banana de dinamite e transcrita na guia de tráfego que acompanha a nota fiscal. “No recebimento do explosivo, o responsável da pedreira assina um termo, no qual consta o número da banana e, a

partir deste momento, a responsabilidade pela guarda e uso da dinamite passa a ser da pedreira. Todas essas informações vão para um banco de dados.” Quando os explosivos são usados para o desmonte de pedra, continua o coronel da reserva Exército, o responsável na pedreira – geralmente um engenheiro de minas ou um técnico profissional – abate o número de sua lista e informa o uso por meio de mapas que são encaminhados ao Exército, mensalmente. “Se ocorrer furto ou roubo de um explosivo, os profissionais informam imediatamente o Exército e a polícia.”

“As empresas que trabalham com desmonte de pedras e usam explosivos em forma de bananas são idôneas e responsáveis. Isso é ponto pacífico. Por outro lado, precisamos de mais segurança pública, uma vez que os crimes de roubo e furtos são decorrentes do déficit de segurança que temos. Precisamos de uma gestão eficiente neste sentido”, acrescenta o diretor técnico do Sindex.

Ainda na questão segurança, o coronel da reserva do Exército acredita que as pedreiras poderiam reciclar seu pessoal, enfatizando a real necessidade de notificarem às autoridades competentes sobre qualquer furto, roubo ou diferença em seus estoques. “É uma ação preventiva para se garantir e ter a certeza de que graças à vigilância nenhuma dinamite vai ser desviada do seu bom uso.” Por outro lado, as pedreiras poderiam auxiliar as autoridades na melhor gestão de segurança pública, algo como trabalhar juntos para se criar um plano de segurança pública. “Não basta contratar segurança privada para se evitar o desvio de dinamites, o que encarece o produto final, no caso a brita. A segurança é dever do Estado”, enfatiza o coronel da reserva do Exército, Lauro Dias.

A VISÃO DA ANEPAC SOBRE O ROUBO DE EXPLOSIVOS – A VÍTIMA TAMBÉM É A MINERAÇÃO

Por: Daniel Debiazzi, diretor da ANEPAC

O tema "roubo de explosivos e acessórios" é matéria que, à primeira vista, não deveria ser tratado numa revista que tem como foco a indústria de agregados para a construção civil e a mineração como meio para a produção de pedra britada e areia, nossa especialidade e centro de nossos interesses. No entanto, a onda criminosa que parece ter virado modismo da indústria do crime, de tão intensa e freqüente nos últimos meses, trouxe sobre este segmento – bem como sobre toda mineração em geral – a condição ímpar e simultânea de vítima e suspeita, razão pelas quais a abordagem do tema se faz necessária, até para que não se consolide uma avaliação equivocada das operações da mineração de agregados.

É fato que as pedreiras, em particular, passaram a ser vistas pela mídia como as supridoras dos meios para detonação de caixas eletrônicos, sobre elas pairando uma aura de suspeição tanto sobre seus procedimentos de controle de usos quanto sobre a segurança do armazenamento de explosivos e acessórios. Lê-se no noticiário, análises e manifestações absolutamente infundadas, originadas de autoridades que conhecem superficialmente a questão e tecem ilações sobre desvios crescentes de explosivos e acessórios, enaltecendo, via de regra, o descuido com a segurança, levantando considerações sobre quantidades ditas, por eles, irregularmente armazenadas, sem ao menos conhecer a quantidade de explosivos utilizada para a fragmentação de uma unidade volumétrica de rocha *in situ*. Nada é mais equivocado, ainda que não se possa garantir a inexistência de riscos de desvios no processo produtivo. Pode-se dizer que, embora existente, é baixo o risco de desvios nas minerações em geral e nas pedreiras em particular. E assim é, porque boa parte dos empreendimentos de porte já utiliza emulsão explosiva bombeada, dispensando o armazenamento em paióis, operando num processo do tipo *Just in time*. Ademais, ainda que se utilize encartuchados, a operação de detonação é conduzida por equipe com um número pequeno de componentes, escolhidos com o rigor que ela exige e, mais, é desenvolvida com um ritual que exige conferência e controle desde a saída dos paióis, contagem do produto excedente e não utilizado e contabilização final do que é consumido. A idéia, folclórica até, de que se "esconde explosivos sob a camisa" e num trabalho "formiguinha" acumulam-se quantidades de monta subtraídas continuamente, não é compatível com a dimensão de uma unidade de explosivo encartuchado e tampouco resiste ao obstáculo físico das extensões médias das áreas operacionais dos empreendimentos de mineração e da necessidade de circulação interna antes de chegar às áreas externas. A amplitude do problema mostra que a situação que hierarquiza a gravidade da causa e da origem das quantidades de explosivos e acessórios em mãos criminosas não guarda compatibilidade com o desvio nas pedreiras. Este é um problema menor, ainda que passível de ocorrer. Há outros que devem primordialmente receber o foco de atenção das autoridades, sem excluir desvios possíveis na venda, transporte, uso e armazenagem de explosivos, na forma tradicional.

A propósito, o jornal "Zero Hora", do Rio Grande do Sul, vem referendar essa asserção quando, em matéria publicada em sua edição de 30/05/11, veio trazer um pouco de luz sobre a onda de delinqüência que tem causado evidente perplexidade aos

brasileiros, de sul a norte do país. A matéria mostra que na origem do problema está a ampliação dos limites da delinqüência que, alargados, expõem o destemor com que essa modalidade de crime está sendo praticada. Demonstra, cabalmente, que temos um gravíssimo problema de segurança pública, que as autoridades – e governo – são reticentes em reconhecer, o que seria o primeiro passo para que se conceba e se execute um plano de ação que restabeleça a tranquilidade perdida. É sabido – e a mídia tem tratado intensamente do tema nos últimos meses – que nossas imensas fronteiras constituem caminho fácil e devassável, por onde fluem os mais diversos produtos, de cigarros a eletrônicos, de autopeças a armas e, agora, o mercado ilegal de explosivos e acessórios é também um deles

Cid Martins e Fábio Almeida, jornalistas que assinam a matéria, confirmam que na mesma proporção que se aumenta as medidas de segurança para coibir roubos de empresas de mineração e pedreiras, cresce também a venda no mercado ilegal de explosivos. Suas constatações causam perplexidade ao reportar como age o comércio clandestino flagrado na região noroeste do Rio Grande do Sul, praticado em via pública da Ciudad del Leste, no Paraguai, cidade vizinha à Foz do Iguaçu. Percorrendo a rota do contrabando durante três semanas, os repórteres negociaram a compra de explosivos ("emulsão de nitrato de amônia", segundo eles) e receberam oferta de caixa de 25 kg, espoletas e cordel detonante, com destaque de frete e consolidando um valor CIF para recebimento diretamente no Brasil!

Também há questões regionais a analisar, relacionadas à armazenagem e distribuição, a situação de pequenos fabricantes, distribuídos por todo o país, muitas vezes operando em condições de segurança mais difíceis do que as propiciadas pelos grandes produtores. Roubos também têm sido registrados em obras de infraestrutura, em empresas de exploração de gás e petróleo - caso de São José do Rio Claro, MT, em 11/06/11 - e até de fábrica de explosivos, como ocorrido em 07/06/11, em Almirante Tamandaré, no Paraná. Quantidades grandes de explosivos foram subtraídas em operações criminosas como essas que, ao lado do mercado ilegal, mostram que o problema das minerações é o lado mais visível e noticiado, porém menor, de um problema de segurança pública que exige mobilização compatível com sua gravidade.

No que se refere ao nosso segmento, a ANEPAC participou de reunião realizada em 29/03/11 que debateu o assunto, a convite da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, do Comando Logístico do Ministério do Exército, quando fabricantes, transportadores e empresas consumidoras discutiram o assunto relacionado à segurança nas minerações. Em decorrência da reunião, a ANEPAC recebeu toda a diretoria do DFPC, chefiada pelo Gen. de Brigada Waldemar Barroso Magno Neto, para observar *in loco* a operação de desmonte de rochas e conferir os procedimentos adotados em uma de nossas empresas mantenedoras, a Embu S.A., Pedreira Embu. Com o objetivo de propor medidas adicionais e de revisão dos procedimentos adotados de forma a conferir segurança adicional à operação de desmonte de rochas com explosivos, a ANEPAC formou um grupo de engenheiros para trabalhar no assunto e cujos resultados serão encaminhados às entidades estaduais associadas e colocadas à disposição do DFPC para eventual aproveitamento.

A PERCEÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE AGREGADOS

Pedreiras Basalto

As Pedreiras Basalto, braço de negócios de mineração do Grupo Estrutural, em suas 15 unidades operacionais nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, utiliza predominantemente emulsão bombeada, abastecidas por empresas terceirizadas apenas no momento do desmonte das rochas, pelo processo *Just in Time*. Apenas em uma unidade, por não haver fornecedor local, utiliza explosivos encartuchados.

Desta maneira, a empresa já solicitou à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, do Comando Logístico do Ministério do Exército, o apostilamento dos Certificados de Registro para a exclusão da atividade de armazenamento e posterior demolição dos paióis das pedreiras.

Ednilson Artioli, diretor executivo da empresa, menciona que "a maior preocupação em relação ao roubo de explosivos, incide no fato da mídia estar vinculando, permanentemente, a atividade de mineração de pedras britadas à explosão de caixas eletrônicas; uma vez que, não é apenas esta atividade industrial e mineral que utiliza explosivos – obras de infraestrutura e outros tipos de empresas de mineração, de outros bens minerais (calcário para cimento, minerais para fertilizantes, metais, dentre outros setores) também o fazem. No que tenho conhecimento, na região sudeste, somente uma pedreira teve o conteúdo de seu paiol roubado". Complementa ainda dizendo que "O Ministério do Exército vem desempenhando papel importante no controle de uso de explosivos e averiguação dos problemas, e que há de se verificar a procedência dos produtos utilizados nos roubos, que podem entrar através de fragilidades de nossas fronteiras".

Quando uma pedreira solicita o Certificado de Registro ao Ministério do Exército recebe todas as indicações de cuidados que devem ser observados quanto à segurança e armazenamento dos explosivos. "Todos os produtos utilizados são etiquetados, com códigos de barras. Portanto, todos os produtos são totalmente rastreáveis, desde a produção até o consumo final. O uso da emulsão bombeada tem também propiciado às pedreiras do Grupo ganhos operacionais relevantes, graças à sua versatilidade no momento de utilização, além de ganhos em segurança", finaliza Artioli.

Embu S/A Por: L.Eulálio Moraes Terra – Diretor

Roubo de explosivos e acessórios de uso civil é sempre uma questão de segurança pública das mais preocupantes. É também uma questão de responsabilidade para as empresas que possuem autorização condicionada de compra, armazenagem e utilização em operações em que eles são imprescindíveis e indispensáveis ao processo produtivo. E, pode-se dizer e mesmo afiançar que a mineração – e a indústria de pedra britada particular – comprovam historicamente que os controles sobre eles sempre foram efetivos, até porque são raros os episódios notificados ao longo de décadas de desvios e uso indevido. Mas os tempos são outros, tanto que soa até de forma prosaica hoje – ainda que igualmente criminosa – a sua utilização em pesca predatória se comparada com as dezenas de caixas eletrônicas detonados e roubados, colocando vidas em risco, abalando estruturas de prédios e atemorizando comerciantes, que de ponto de atração para as suas atividades passam a ver o dispositivo como fator de insegurança e que coloca em risco seu negócio.

O problema nas grandes pedreiras, como é o caso das unidades da Embu S.A., localizadas próximas aos grandes centros de produção e consumo, é substancialmente mais simples do que nos médios e pequenos empreendimentos sob a ótica da segurança. Enquanto nestas ainda se utiliza explosivos encartuchados, nas pedreiras da empresa – e de praticamente todas das grandes regiões metropolitanas do país e de suas principais cidades – se utiliza apenas emulsão bombeada e, eventualmente, as quantidades de encartuchados requeridos – e acessórios – somente são trazidos até a área do empreendimento quando da realização das operações de desmonte. Dessa forma, os paióis constituem-se mais em reservas técnico-operacionais para situações de emergência, onde por uma contingência ou outra possa a vir faltar emulsão ou então seja necessária a guarda eventual de explosivos e acessórios. São, por conseguinte, operações que não geram riscos e são de baixa vulnerabilidade.

Para as situações de consumidores de encartuchados, medidas simples e adicionais de segurança poderiam contribuir sobremaneira para minimizar ainda mais os riscos. Restrição de número de pessoas nas áreas de operação e identificação de cada funcionário nos relatórios de detonação (do qual deve constar ainda números dos lotes utilizados de explosivos e acessórios), conferência e utilização de lacres nas cargas, contabilização rigorosa de quantidades, bem como procedimentos complementares de maior rigor no isolamento das áreas de operação, são algumas delas. Vale acrescentar ainda que hoje é possível a rastrear a origem dos explosivos, pela leitura de seus códigos de barras, meio pelo qual pode-se comprovar e desmistificar, via identificação do adquirente, a real dimensão de desvios e roubos nas minerações.

NOVA SÉRIE G. TEMPOS DE CICLO MAIS RÁPIDOS.



As novas carregadeiras de rodas da Série G, L150G, L180G e L220G, apresentam 20% a mais de força de levantamento e 10% a mais de força de desagregação. Os novos motores e transmissões proporcionam maior produtividade, menos emissões, maior facilidade de manutenção e ainda mais conforto para o operador. Caçambas cheias, tempos de ciclo mais rápidos e produtividade aumentada - o dia todo, todos os dias. www.volvoce.com

VOLVO CONSTRUCTION EQUIPMENT



BODE EXPIATÓRIO

Por: Milton Akira Kiyotani, do Conselho Editorial

Notícias coletadas de jornais, blogs e programas de rádio e televisão mostram que atribuir às pedreiras culpa pela onda de atentados a caixas eletrônicos é uma forma de fugir do problema. Declarações como “emulsão explosiva é usada principalmente em pedreiras e foi o material encontrado com os assaltantes” mostram busca de um bode expiatório. Obras públicas em que haja necessidade de fazer cortes em rocha para passar uma estrada, escavar canais ou túneis, fazer barragens, também usam emulsão explosiva. Pelo noticiário, verifica-se que empresas de agrimensura e de exploração de petróleo e gás também tiveram a desagradável experiência de sofrer violência de bandidos que buscam explosivos.

Pedreiras e caixas eletrônicos convivem há muitos anos e somente nos dois últimos anos os bandidos passaram a usar explosivos contra caixas eletrônicas. Muitas pedreiras passaram a adotar a terceirização do desmonte por explosivos há pelo menos 10 anos. O risco da violência urbana levou as empresas a desativar seus paióis. Antes, já haviam deixado de fazer uso de fogachos (desmonte secundário) em que é necessário o uso de cartuchos de explosivos de pequenas dimensões para quebrar pedaços maiores que surgem no desmonte primário, devido à proximidade de habitações, para evitar o risco de lançamento de pedaços de rocha sobre

edificações. Atualmente, o método utilizado é desmonte por rompedores hidráulicos ou drop-ball. Priorizaram a segurança.

O delegado Aldo Galindo Júnior, diretor do DIRD/SP, disse à Agência Estado que “se a pedreira precisa de 40 bananas não precisa ter mais que isso (nos paióis)”. A autoridade policial demonstra total desconhecimento do que hoje se pratica na produção de brita, pois a maioria das pedreiras médias e grandes já não mantém explosivos em paióis e mesmo pequenas pedreiras adotam a prática de compra com retorno para uso imediato.

Sandro Gomide, diretor comercial da Dinacon (fabricante de explosivos), em correspondência enviada à Agabritas (Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro) explicou que as empresas que ainda estocam explosivos são as minerações situadas longe dos centros urbanos e que consomem grandes quantidades (acima de 50 toneladas por mês) ou minerações de consumo pequeno e distante dos locais de distribuição de explosivos (distâncias superiores a 500 km), fatos que tornam o frete mais caro que o custo da mercadoria. Sandro Gomide informou ainda que a tendência é não realizar estocagem de materiais explosivos devido aos seguintes fatores: risco de roubo; custo da vigilância; custo com equipe de desmonte; maior *know-how* em segurança e em aplicação das empresas especializadas

e dos fabricantes que também fazem o serviço de desmonte; e viabilidade do uso de recursos tecnológicos como sismógrafos, medição de desvio de furos, filmagens e fotografias.

As autoridades reclamam que pedreiras têm segurança falha. Notícia sobre quadrilha que rouba explosivo mostrou que, ao ser presa, ela tinha armamento pesado. Outras mostram que chegam em grupos grandes e fortemente armados. Quadrilhas como estas não serão detidas por vigilância armada, cercas eletrificadas, alarmes ou câmeras de vídeos, como as freqüentes invasões de condomínios que contam com essa parafernália demonstram. O que as grandes e médias empresas produtoras de brita podem fazer em termos de segurança já estão fazendo. As empresas pequenas sofrem o problema citado pelo diretor da Dinacon e arcar com custos maiores de segurança poderia inviabilizar o próprio negócio, provavelmente com resultado píffio, porque não há como fazer frente a quadrilhas bem armadas.

Reportagens também mostraram que é muito fácil adquirir explosivos nas fronteiras brasileiras. Também não se descarta a existência de fábricas clandestinas e muito comércio ilegal, como mostrou a apreensão de mais de quatro toneladas de explosivos no Rio Grande do Norte.

As pedreiras não podem ser usadas como bode expiatório. ■

MELHORANDO A DRAGAGEM DE AREIA

Por Marco Lourencini, chefe de vendas da Metso Minerals

Ao longo de muitos anos, o mercado nacional de areia e brita sofreu com o fraco investimento em infraestrutura e, principalmente, pelo desempenho do mercado imobiliário nacional, o qual realmente fomenta o setor de construção civil. No entanto, felizmente, esse cenário mudou drasticamente nos últimos anos, favorecendo assim, toda a cadeia de suprimentos de agregados. Os investimentos em infraestrutura, devido a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas, na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, sozinhos, poderiam alavancar os fornecedores, mas somado a este fator, temos o mercado imobiliário de médias e grandes cidades em plena expansão. Ou seja, por enquanto, o momento é bom para as empresas envolvidas nesse mercado. Todavia, é fundamental investir em melhorias de produção, pois assim, poderemos aproveitar esse momento em sua plenitude com uma produção com custo operacional bem mais baixo.

Conforme indicado acima, o mercado de dragagem para produção de areia para construção civil sempre sofreu com poucos investimentos em novos sistemas e equipamentos, por isso é comum termos alguns sistemas de dragagem fabricados localmente pelo próprio produtor de areia, no qual a draga, as bombas, o sistema de tubulações e a secagem de areia são feitos de forma artesanal.

Aqui falaremos das bombas e do sistema de recalque.

É comum a utilização de bombas de fabricação simples para dragagem, as quais são construídas com chapas soldadas, sendo seu interior de tijolos de ferro fundido ou mesmo voluta de aço.



Como podemos ver na foto, a bomba é composta por várias chapas de aço, podendo ser revestida internamente. Também é possível notar que foram realizadas inúmeras intervenções com solda, massa plástica e troca de retentores com o intuito de prolongar a vida do equipamento.

Uma bomba deste tamanho extrai de 60 a 70 mil metros cúbicos de areia, o que representa de 60 a 80 dias de operação, considerando uma extração média de 1.000 metros cúbicos diários. Após esse período, é necessário que se faça a troca do "reparo". No entanto, essa mesma bomba necessita de ajuste, manutenção constante (praticamente diária) de sua vedação, o que diminui sua produção e aumenta seu custo. Todos esses problemas gerados advêm do baixo desenvolvimento tecnológico.

Atualmente, as bombas produzidas por empresas especializadas alcançam uma performance muito acima das bombas de fabricação simples, gerando assim, um ganho de produtividade imensurável, juntamente com ganho de custo de produção. Por exemplo: uma bomba com boa tecnologia pode atingir mais de 1 milhão de metros cúbicos de areia, sem a necessidade de troca da voluta, em comparação com a bomba citada anteriormente, que produz

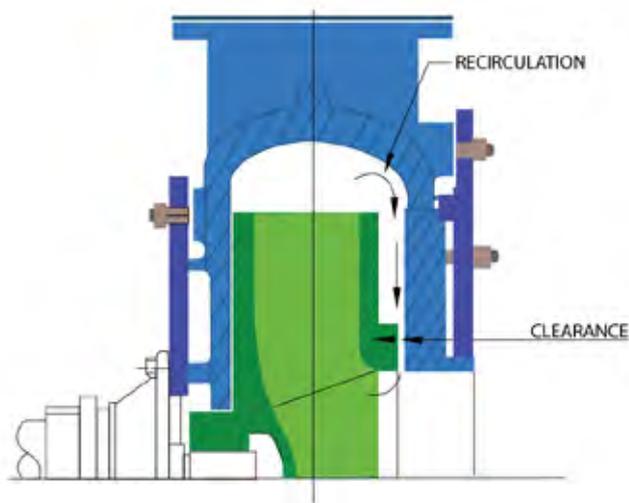
70 mil metros cúbicos de areia. Isso se deve ao desenho hidráulico, ao material, sistema de selagem e montagem, entre outras coisas.

O material, comumente, utilizado em bombas sem inovações é o ferro fundido, o qual atinge uma dureza Brinell (HB), de 130 a 200. Já o material de bombas especiais para polpa é o Alto Cromo (ASTM A532), anteriormente, designado como Ni-Hard, o qual pode alcançar uma dureza de até 650 HB. Essa dureza é um pouco menor que a de materiais cerâmicos, gerando assim, uma grande resistência a abrasão e aumentando consideravelmente sua vida.

Outro fator importante é o projeto hidráulico onde são feitas simulações em programas via elementos finitos, os quais simulam as tensões na bomba e os possíveis pontos de desgaste, indicando assim, qual o melhor perfil e onde deve-se colocar uma maior quantidade de material.

Esse projeto hidráulico permite analisar qual o melhor perfil das aletas dos rotores, tanto seu ângulo de entrada quanto seu ângulo de saída e, também, o olhal do rotor. Toda peça também é fundida em Alto Cromo, e esses rotores não necessitam de balanceamento. Primeiro, porque o fundido deve possuir um processo produtivo que minimize o desbalanceamento; segundo, porque os rolamentos devem ser auto-compensadores, a fim de absorver esse desbalanceamento natural do equipamento.

Quanto aos pontos de desgaste, entre os principais estão o bocal de entrada e a face frontal na voluta. Estes desgastes ocorrem devido a recirculação do material na bomba, o qual é gerado por causa da diferença de pressão entre o bocal de entrada e o bocal de saída. No primeiro temos uma área de pouca pressão, pois a bomba está succionando; no segundo temos uma área de alta pressão, pois ela está “bombeando”. No entanto, quando temos uma folga grande entre o rotor e a carcaça, esse material tende a recircular da área de alta pressão para a de baixa pressão através da parte frontal do rotor. Essa situação gera um grande desgaste, o principal motivo da perda de eficiência do equipamento.



Assim, nas bombas bem projetadas essa folga tende a ser mínima, o que evita o desgaste usual e a perda de eficiência do equipamento. Essa folga de tempo pode ser ajustada por um sistema de ajuste do rotor, contribuindo assim, com sua produtividade.

Por último, temos o desgaste da parte traseira da voluta e rotor, facilmente corrigido com um bom sistema de selagem do equipamento. Em geral, é comum utilizar gaxetas e anel lanterna para compor o sistema de selagem, o qual deverá ser selado com uma água limpa e que deverá ser injetada com uma pressão mínima de 1 bar acima da pressão de operação do equipamento, em geral, com um bom sistema de selagem e mantendo essa pressão na água de selagem, eliminam-se desgastes traseiros.

Um equipamento de qualidade gerará um enorme ganho de produtividade e baixará o custo de produção.

Como exemplo, foi analisada uma empresa na cidade de Nova Londrina, no rio Paraná, que operava com dragagem de areia. A empresa possuía uma bomba local, que produzia de 60 a 80 mil metros cúbicos de areia, até a necessidade de troca de seus revestimentos. Após a instalação de um equipamento que possuía os atributos citados, o mesmo atingiu 500.000 metros cúbicos até a troca do rotor, e a sua voluta já atingiu mais de 1.000.000 metros cúbicos em perfeito estado.



**DESPERDÍCIO?
NEM DE BRINCADEIRA.**



Regional Marketing

A AB areias oferece soluções para as mais diversas necessidades e tamanhos de projetos. A linha de ensacados é ideal para quem procura facilidade no transporte, limpeza na armazenagem e quantidades precisamente calculadas. É mais economia e praticidade para a sua obra.



Av. Presidente Wilson, 557, Mooca - SP
Tel.: (11) 3207-5484 / 3208-0406
www.abareias.com.br

Quanto ao consumo de diesel, que é o principal componente de custo para a maioria das plantas de dragagem, tínhamos inicialmente algo em torno de 600 ml de diesel por metro cúbico dragado. Atualmente, esta quantidade reduziu para 400 ml. Para a situação verificada, o investimento pagou-se em menos de 1 ano, colocando o produtor em uma ótima posição, com aumento de produção e menores custos.

Outro problema, comumente, enfrentado é o entupimento na tubulação de descarga; pois, geralmente, o seu desentupimento causa grandes transtornos.

Toda polpa que é transportada em tubulação possui uma velocidade de sedimentação. Essa velocidade é tal, que quando se transporta material abaixo dela ou mesmo próxima de seu valor, inicia-se o processo de sedimentação. Para evitar essa situação, a vazão deve ser tal, que a velocidade de transporte seja maior que a velocidade de sedimentação. Assim, a melhor forma para evitar essa situação é aumentar a vazão bombeada. No entanto, toda bomba possui sua limitação de bombeamento. Por esta razão, devemos controlar os parâmetros do material bombeado para tentar diminuir a velocidade de sedimentação.

Os principais parâmetros que afetam a sedimentação são: concentração do material na polpa, densidade do material e o tamanho médio das partículas. Desta maneira, aumentando-se o volume de água na draga - no momento de descarregamento do material - a densidade da polpa diminuirá, evitando a sedimentação e facilitando o bombeamento. O tamanho da partícula é também um parâmetro muito importante no processo de bombeamento.

Quanto mais grosso o material, mais difícil será o bombeamento. Portanto, é interessante “blendar”, ou seja, misturar material fino com material grosso, facilitando o bombeamento.

Finalmente, um aspecto pouco considerado, mas muito importante, é o perfil da tubulação. Dependendo de seu arranjo, facilitará a sedimentação. A figura abaixo mostra um perfil inclinado muito comum em arranjo com presença de barranco. Esse tipo de perfil é muito prejudicial para o bombeamento, pois o perfil inclinado acarreta uma grande sedimentação.



Concluindo: qualquer variação em um dos parâmetros do bombeamento causará o efeito danoso da sedimentação.

O melhor perfil é horizontal ou vertical, devendo-se evitar ao máximo perfis inclinados.

Dessa forma, com alguns investimentos e melhorias, pode-se aumentar muito a produtividade e rentabilidade do setor, com o intuito de atingir o mesmo patamar de outros mercados ora mais desenvolvidos, como o americano e o europeu. ■

ESTATÍSTICA



Por: Bolívar Raphael Mercadante de Moura Lacerda Júnior, Consultor da ANEPAC

Nos dias de hoje, a informação e o conhecimento dos números são vitais para qualquer ramo de atividade ou negócio. No Brasil, salvo algumas exceções, ainda existe uma falta de informações coletadas e divulgadas, que deixam muitos setores de negócios sem o conhecimento de dados para poderem planejar, investir e tomar decisões estratégicas.

A culpa, em grande parte, é dos empresários, que ainda se escondem sob o manto do sigilo, com o temor dos concorrentes e de órgãos reguladores e controladores que poderiam estar mais adiantados na coleta e publicação de relatórios e estatísticas.

No caso dos agregados para a construção civil, entendemos que o DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral seria o grande centralizador das informações para poder estabelecer os parâmetros e números do setor, todavia, ainda não existem trabalhos

que conduzam à exposição de dados e estatísticas confiáveis.

Por iniciativa da ANEPAC, e com a colaboração do SINDIPEDRAS/SP, foi elaborada uma previsão para o consumo de agregados no Brasil. Foram estabelecidos indicadores para o consumo de agregados baseados no consumo de cimento, asfalto, concreto e pré-moldados para a construção civil, além de dados da atividade econômica e índices populacionais.

Números – Grandeza do Setor

A partir dos números de brita e areia por Estado e levando em consideração os preços do IBGE para cada Estado brasileiro, convertido para tonelada e eliminado o frete, podemos considerar o faturamento de agregados no Brasil como sendo de R\$ 22.590.071.817,00, correspondente a 0,615% do PIB brasileiro, não considerado nesse faturamento as possíveis vendas dos materiais.

Um número que impressiona bastante está ligado ao transporte dos agregados. A utilização de caminhões é total, mesmo nos casos de utilização das ferrovias e rios. Para uma média anual de 275 dias de trabalho, o transporte diário de agregados está na casa de 2.300.000 t.

Em resumo, no Brasil, podemos citar que, diariamente, temos cerca de 22.000 caminhões envolvidos no transporte de agregados, sendo percorridos cerca de 5,7 milhões de km por dia, o equivalente a 134 voltas no eixo da Terra.

O consumo de óleo diesel está estimado em 780 milhões de litros/ano, também não considerando as vendas de agregados.

Os números encontrados para 2010 estão relacionados abaixo:

Estados/ Regiões	Consumo de Agregados (t)
Amazonas	9.602.763
Pará	17.710.219
Acre	1.856.442
Rondônia	6.910.196
Roraima	1.076.533
Amapá	1.704.023
Tocantins	4.315.236
Norte	43.175.411
Bahia	35.436.090
Alagoas	6.656.138
Sergipe	5.213.289
Pernambuco	23.368.922
Paraíba	8.736.989
Rio Gde. do Norte	8.377.007
Ceará	19.241.455
Piauí	6.703.706
Maranhão	14.388.769
Nordeste	128.122.364
Goiás	22.522.241
Distrito Federal	14.573.323
Mato Grosso	10.796.489
Mato Grosso do Sul	7.940.052
Centro Oeste	55.832.105
São Paulo	168.079.812
Minas Gerais	67.185.545
Rio de Janeiro	55.065.275
Espírito Santo	13.008.346
Sudeste	303.345.237
Paraná	38.389.633
Santa Catarina	26.739.383
Rio Grande do Sul	36.136.254
Sul	101.265.270
Brasil	631.740.387

O indicador Brasil para o consumo de agregados foi em 2010 de 3,31 t/hab

SMARJA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO LEGISLATIVO GAÚCHO

A SMARJA (Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí) apresentou o trabalho desenvolvido e o estudo sobre mineração no Lago Guaíba, no Rio Grande do Sul

Em quarto lugar no ranking de consumo de areia no país (de acordo com dados oficiais do DNPM), o Rio Grande do Sul se prepara para dar um importante passo no incremento do setor de mineração da commodity. O Estado do Rio Grande do Sul avalia a possível implantação de áreas de extração de areia no Lago Guaíba, que possui 496 quilômetros quadrados. A região metropolitana concentra dois terços da produção industrial gaúcha e os centros urbanos mais populosos – 70% da população vivem em torno da bacia hidrográfica do lago. Até o momento, as principais iniciativas para o novo empreendimento tiveram como protagonista central a Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí (Smarja). A atividade da empresa – constituída em 1993 – gera cerca de 100 empregos diretos e mais de 1.000 indiretos.

A Smarja deu a largada no processo ao entrar com pedido de requerimento de concessão das áreas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1998; ao pedir o licenciamento ambiental das mesmas à Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, no ano de 2006; e ao contratar a produção de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto



Ambiental (Rima) para a atividade, em 2007. No último dia 27 de abril, o diretor-presidente da Smarja, Sandro Alex de Almeida, participou de audiência pública da Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para demonstrar a viabilidade econômica e ambiental da mineração de areia no Lago Guaíba. “Temos condições de contribuir para suprir a demanda futura e ter mais uma fonte de produção de areia no Estado. Esta é uma iniciativa urgente, em razão do crescimento da demanda previsto para os próximos anos”, afirma o empresário.

Como ocorre no restante do país, os números de produção e consumo de areia são coincidentes no Estado. “Isto não significa que a demanda esteja plenamente atendida. Ao contrário. Basta lembrar, para citar os exemplos mais evidentes, o déficit habitacional, obras do PAC e o aumento de consumo que teremos em razão da Copa de 2014”, diz Sandro Almeida.

Necessidade de zoneamento

Além de empresários do segmento, compareceram à audiência a Secretária do Meio Ambiente (Sema), a Fundação Estadual de Proteção



OMNI CRUSHING & SCREENING LTDA.

A ÚLTIMA PALAVRA EM TECNOLOGIA PARA MINERAÇÃO!

OMNI JAW

Robusta Confiabilidade.

Modelos: 9070 / 10080 / 11090
12080 / 125100 / 140120



OMNI CONE

Produz mais!
Consome menos energia!

Modelos: 1000 / 1350 / 1500



PENEIRAS OMNISCREEN

Realiza o peneiramento
com mais eficiência!

Peneiras com até 3.600 mm de largura



OMNI REMCO

O Britador VSI que resolve!

Modelos de 50 a 1.500 HP



www.omnics.com.br



OMNI CRUSHING & SCREENING LTDA.

Av. São Paulo, 2719 | Sorocaba | SP | Brasil | CEP 18013-004
Tel.: +55 (15) 3237-9300 | Fax: +55 (15) 3227-5962



Estrada do Felipe, 370 | Sorocaba | SP | Brasil | CEP 18087-171
Tel.: +55 (15) 3228-2329 | Fax: +55 (15) 3228-2723
www.bluetecbrasil.com



PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA MINERAÇÃO LTDA.
24 horas junto com o cliente

Tel.: +55 (15) 3228-2185
3228-2166 | 3237-9300

SAC 24 horas
+55 (15) 9154.9969

Solicitação de Projetos
comercial@omnics.com.br

Contato
contato@omnics.com.br
contato@rem-onix.com.br



"Equipamento fabricado
com o know how da ADEN"

Ambiental (Fepam), ambientalistas, movimentos sociais, imprensa, entre outros. A maioria das manifestações foi favorável à mineração de areia no Lago Guaíba, desde que observada à legislação ambiental. “Nosso objetivo foi debater novas formas de equilibrar a exploração, bem como a conseqüente geração de emprego e renda”, diz o deputado estadual Luis Fernando Schmidt (PT), que propôs a realização do encontro.

Também foi destacada a necessidade do zoneamento do lago, com o objetivo de contemplar seus múltiplos usos. De acordo com o chefe de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, Marco Mendonça, estão sendo desenvolvidas tratativas com o Banco Mundial para financiamento de

estudos de zoneamento no Lago Guaíba e em outras regiões do Estado – Litoral Norte, bacias hidrográficas dos rios Gravataí e Sinos e no Pólo Naval de Rio Grande. A partir da liberação dos recursos, o zoneamento deverá estar concluído em 18 meses.

Uma das principais vantagens oferecidas pela mineração no Lago Guaíba em relação a outras jazidas do Rio Grande do Sul é a proximidade com o centro consumidor, bem como a possibilidade de manter uma matriz de transporte eminentemente fluvial. Ou seja, gastos menores com frete, redução do número de caminhões nas estradas e das emissões de CO². Hoje, a areia consumida pela Região Metropolitana de Porto Alegre é transportada de jazidas distantes

entre 30 e 120 quilômetros. Ressalta-se que o custo de transporte e expedição da areia é de 2/3, enquanto seu custo de produção é de 1/3, de acordo com dados da Anepac e DNPM.

A área de mineração

A mineração da Smarja está prevista para ocorrer em sete blocos localizados no Lago Guaíba e na Laguna dos Patos, entre os municípios de Porto Alegre, Viamão, Eldorado do Sul, Barra do Ribeiro e Guaíba. Cinco blocos estão situados no Lago Guaíba. Um bloco está situado no limite entre o Lago Guaíba e a Laguna dos Patos. Um bloco está situado na Laguna dos Patos.

Seu caminhão é um reflexo do seu negócio:
ou vai pra frente ou fica patinando.

Mercedes-Benz, marca do Grupo Daimler.



Para a robustez, a confiabilidade e a versatilidade de um Mercedes-Benz, não existem obstáculos. Por isso, quem escolhe os caminhões Axor, Actros ou 2726 pode contar com a melhor opção para seu negócio de construção e mineração. Com ou sem estrada, você sempre pode confiar em um Mercedes. Passe em um Concessionário Mercedes-Benz, ligue 0800 970 90 90 ou acesse www.mercedes-benz.com.br.



Mercedes-Benz
A marca que todo mundo confia.



Respeite a sinalização de trânsito.



A extração

A areia extraída será conduzida ao mercado consumidor por meio de transporte fluvial. A lavra de areia será executada por dragas de sucção autopropulsadas e equipadas com cano de sucção de 12 polegadas, e acionadas por motor a óleo diesel com potência entre 220 HP e 340 HP. O minério será bombeado diretamente para os porões das embarcações, com capacidade entre 200 e 800 metros cúbicos. As dragas dos mineradores da Smarja operam com sistema de posicionamento global (GPS) controlado pela fiscalização pública 24 horas por dia. A extração será realizada de forma planejada para evitar excesso de retirada em algum ponto. Será realizado monitoramento físico-químico da água para identificar eventual alteração.

A produção

A areia a ser obtida é quartzosa, de granulometria média a fina, a ser utilizada como agregado fino na construção civil. Nos sete blocos – que

juntos somam 3.611 hectares – há possibilidade de produzir entre 150 mil e 200 mil metros cúbicos de areia por mês. Este total equivale a, aproximadamente, 50% da quantidade de minério retirado no mesmo período do Rio Jacuí, onde hoje estão localizadas as jazidas que abastecem 70% do mercado do Rio Grande do Sul. A produção será destinada a suprir demanda de areia da Região Metropolitana de Porto Alegre, Região Serrana, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo e Planalto Médio.

O EIA-Rima

Contratado pela Smarja, o estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ambiental (Rima) sobre a extração de areia no Lago Guaíba é assinado pela empresa Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente. O EIA-Rima apresentado pela SMARJA foi o primeiro estudo deste porte a ser realizado no Rio Grande do Sul para a mineração de areia. De acordo com este estudo, a mineração não trará impacto sobre as margens do Lago

Guaíba, desde que observadas distância de lavra em relação às margens.

A SMARJA

Com sede em Lajeado, no Vale do Taquari (RS), fundada em 1992, e efetivamente exercendo a atividade de mineração desde novembro de 1993, é uma empresa extrativa mineral, cuja atividade principal é a extração e o comércio de areia. A Smarja nasceu da união de pequenos mineradores que, isoladamente, não teriam condições de se adequar e cumprir a legislação ambiental e mineral, sendo composta exclusivamente por pessoas físicas, que se uniram para poder revolucionar o sistema de extração, voltando-se para a sustentabilidade e, assim, poder melhor competir nas atuais condições de mercado. Foi considerada pela Revista Brasil Mineral como a 1ª mineradora de areia do Rio Grande do Sul e a 3ª do Brasil, nos anos de 2008 e 2009, em produção (Revista Brasil Mineral, ano XXVI, junho de 2010, nº 296, ISSN 0102-4728). ■

MORRE EX-PRESIDENTE DO SINDAREIA



José Ovídio, ex-presidente do SINDAREIA

Faleceu no último dia 1º de junho, em São José dos Campos, o ex-presidente do SINDAREIA, José Ovídio de Barros, aos 60 anos, vítima de insuficiência renal aguda. Ele era o atual tesoureiro da entidade, onde participava desde a fusão com a AIMEA (Associação das Indústrias de Mineração e Extração de Areia do Vale do Paraíba).

José Ovídio foi presidente do SINDAREIA por duas gestões, 2006 a 2007 e 2008 a 2009. Suas gestões foram marcadas por inovações administrativas, como assembleias itinerantes, busca por novos associados em todo o Estado e reforma arquitetônica na sede da instituição, em Jacareí.

“José Ovídio tinha como uma de suas principais características e virtudes, o dom da conciliação – era uma pessoa agregadora”, define o secretário executivo do SINDAREIA, Luiz Alberto de Almeida Souza, que teve oportunidade de trabalhar com ele, nas duas gestões.

O ex-presidente foi sepultado no mesmo dia de seu falecimento, no Cemitério Horto São Dimas, na cidade de São José dos Campos. Deixa a esposa D. Marice, três filhos e uma neta.

GRUPO LINCK COMEMORA 56 ANOS

Motivos não faltam para o Grupo LINCK comemorar seus 56 anos. A diretora superintendente, Suzana Matte Linck, no comando da empresa há 12 anos, lembra que, quando assumiu, tinha dois desafios: superar a crise do Real e a desvalorização cambial brasileira de 1999 e ocupar o lugar do fundador do Grupo, Geraldo Tollens Linck, um dos empresários de maior prestígio do Rio Grande do Sul. “Como distribuidores de máquinas, nós ampliamos nossa participação em todos os segmentos. Representamos, com exclusividade, cinco importantes marcas em toda região Sul”, afirma Suzana. De três filiais, quando Suzana assumiu, o Grupo conquista neste ano sua oitava unidade em Florianópolis (SC), com inauguração prevista para o segundo semestre. O Grupo LINCK atua na região Sul com distribuição exclusiva de máquinas para construção e movimentação de materiais, das marcas Volvo, Clark, Metso, SDLG e BKT.

De acordo com o diretor financeiro, Paulo Gomes Centeno, o patrimônio líquido alcançou R\$ 33 milhões, um crescimento de 46,9%, em 2010. “Nosso lucro líquido apresentou um aumento de 130%, em relação a 2009”, revela Centeno. O ritmo de crescimento se manteve no primeiro trimestre de 2011. O volume de negócios gerou lucros líquidos 99% superiores em relação ao primeiro trimestre de 2010, com receita líquida 43% maior.

Para o diretor comercial, Afrânio Bordinassi, junto com a ampliação da rede de atendimento, a empresa está investindo em estrutura e qualificação para os serviços de pós-venda. “Tivemos um acréscimo de 38% na equipe de colaboradores e mantemos nosso elevado padrão de qualidade e atendimento aos clientes, principalmente, neste momento em que novos players estão chegando ao Brasil”. Bordinassi acredita que oferecer suporte ao cliente é um diferencial para quem atua nesse mercado.

Tendo criado o Projeto Pescar, através de Geraldo Tollens Linck, desde 1976, a LINCK incentiva o programa encaminhando jovens ao mercado de trabalho. “Somente em uma unidade, a LINCK formou mais de dois mil jovens”, afirma Suzana. (Fonte: EK Comunicação & Marketing)

ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUTORES GANHA PRÊMIO DE COMUNICAÇÃO

A ARTBA (American Road & Transportation Builders Association) ganhou dois prêmios de ouro Hermes Creative atribuídos pela Associação dos Profissionais de Marketing e Comunicação (AMCP), premiação que dá destaque a profissionais criativos envolvidos na concepção, redação e desenho de materiais e programas tradicionais e tecnologias novas. Concorrem ao Hermes Creative departamentos de marketing e comunicação de corporações, agências de propaganda, empresas de relações públicas, escritórios de projetos, companhias produtoras e inovadores ligadas à web.

Os prêmios atribuídos à ARTBA foram nas categorias Publicações/Revistas e Vídeo/Educação. Uma publicação especial e um vídeo produzidos pela ARTBA - que enfatizam a excelência ambiental e inovações no projeto e na construção de melhorias no transporte - ambos desenvolvidos como parte da campanha “Transporte faz a América trabalhar” tinham como objetivo angariar apoio político para maiores investimentos federais no transporte de superfície.

A Associação produziu uma revista de 36 páginas chamada “Verde e Limpo: Projetos e Construção no Transporte”, que mostrou 10 projetos de estradas, pontes, aeroportos, túneis e trânsito de todas as partes dos Estados Unidos que estão estabelecendo novos paradigmas para proteção e mitigação ambiental, proteção de vida selvagem, redução do consumo de energia, recuperação de áreas pantanosas ou equivalentes e cooperação com a comunidade. A revista foi desenvolvida em parceria com a agência de Illinois Scraton Gillette Communications.

O vídeo de seis minutos focaliza melhorias ambientais em três grandes projetos de infraestrutura em Maryland, Minnesota, e na área de Nova York e Nova Jersey. O vídeo foi filmado e editado pela empresa de Maryland Triple View Media.



NOVO VOLVO FMX

EXPLORE O
EXTREMO

VOLVO TRUCKS. DRIVING PROGRESS

www.volvo.com.br



FINAME PSI – ALTERNATIVA NA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL

Criado pelo BNDES, em Julho de 2009, para apoio na manutenção da retomada do nível de atividade da indústria de máquinas e equipamentos, o programa Finame PSI (Plano de Sustentação do Investimento), constitui-se numa ótima alternativa pelas condições de financiamento atrativas frente às demais linhas de crédito, inclusive oficiais, disponíveis no mercado.

O Finame PSI tem por objetivo financiar a produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas; ônibus; caminhões; chassis; caminhões tratores; carretas; cavalos mecânicos; reboques; semi-reboques novos fabricados no país, credenciados no BNDES; aquisição de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, credenciados no BNDES no âmbito de projeto de investimento; aquisição de bens destinados a operações de arrendamento mercantil; e capital de giro, associada a aquisição isolada de máquinas e equipamentos.

O consultor de negócios da Caterpillar Financial, Ronaldo Ribeiro, esclarece que, para o financiamento de máquinas e equipamentos, os prazos de financiamento são de até 120 meses, carências de três a vinte e quatro meses e taxas prefixadas de 6,5% ao ano para Micro, Pequenas e Médias Empresas (faturamento médio anual até R\$ 90 milhões) e de 8,70% ao ano para Médias e Grandes Empresas (faturamento anual acima de R\$ 90 milhões).

O BNDES participa no financiamento em até 90% do valor do bem e os financiamentos podem ser feitos junto ao agente financeiro do BNDES, tal como a Caterpillar Financial, e deverão ser encaminhados ao BNDES, necessariamente, através da Sistemática Operacional Convencional.

A Caterpillar Financial alerta que somente poderão ser atendidos os pedidos de financiamentos contratados durante o prazo de vigência do programa, observado o limite orçamentário estabelecido. O Finame PSI tem vigência até 31 Dezembro de 2011, entretanto, os pedidos de financiamentos deverão ser protocolados no BNDES para homologação até 18 de Novembro de 2011.

Mais detalhes a respeito do programa e sua disponibilidade podem ser acessados através dos sites dos agentes financeiros, bem como através do site do próprio BNDES (www.bndes.gov.br).

Fontes: Caterpillar Financial e BNDES

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM LICITAÇÕES PÚBLICAS

A lei 8.666/93, que regula as licitações públicas, pode ser alterada para exigir critérios de sustentabilidade ambiental em licitações e contratos administrativos. O projeto de Lei PLS 5/11, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), aprovado como substitutivo no dia 31 de maio pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), prevê que a administração pública deve levar em conta critérios de sustentabilidade ambiental ao selecionar a proposta mais vantajosa. Nas compras, a administração deve observar a adequação do bem às exigências de proteção ambiental. Os critérios de sustentabilidade devem ser observados em licitações e contratos administrativos referentes a obras, compras, alienações, locações e serviços, inclusive de publicidade, dos Poderes da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, segundo substitutivo do senador Waldemir Moka (PMDB-MS). O projeto de lei segue agora para as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Fonte: Agência Senado

GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO RECEBE VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DA ANEPAC

No dia 26 de maio de 2011, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e seu vice, Luiz Fernando Pezão, receberam a visita do presidente do Conselho da ANEPAC, Ednilson Artioli e o diretor comercial do Grupo Estrutural, Marcos Antonio de Oliveira, para discutir as potencialidades do mercado de agregados no Estado do Rio de Janeiro. Artioli informou ao Governador que o Rio de Janeiro produz 10% da produção nacional de Agregados para Construção Civil, o que corresponde a aproximadamente 62 milhões de toneladas em 2010, a um valor de movimentação da economia fluminense de R\$ 1 bilhão e 860 milhões no último ano.



Sérgio Cabral, Ednilson Artioli, Marcos A. Oliveira e Luiz Fernando Pezão

Foi também discutida a importância dos agregados no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro frente às grandes obras que serão realizadas nos próximos anos, e que o setor vem respondendo à altura da demanda atual. Foram explicadas as dificuldades que o setor vem enfrentando durante o processo de licenciamentos ambientais, e o governador se mostrou sensível ao tema, disposto a agilizar novos empreendimentos para facilitar este processo.

DRM/RJ INAUGURA O 95º PAINEL DE “CAMINHOS GEOLÓGICOS”



No último dia 5 de junho, houve a inauguração simbólica de mais um painel do Projeto Caminhos Geológicos, chamado "Forte Duque de Caxias – Patrimônio Arquitetônico e Natural", no bairro do Leme, na cidade do Rio de Janeiro. A 95ª placa - instalada em marcos geológicos do Estado do Rio de Janeiro - conta a história da construção do Forte Duque de Caxias (Forte do Leme) sobre rochas que datam da formação do continente (500 a 600 milhões de anos). O painel, instalado no alto do morro do Leme, junto à Bandeira Nacional, num local com vista privilegiada de Copacabana, ilhas oceânicas, Dois Irmãos, Pedra da Gávea, Corcovado, face oculta do Pão de Açúcar, entrada da barra da Baía de Guanabara e Niterói, tem fotografias dos tipos de rochas e a explicação detalhada de cada uma delas. A equipe do Forte Duque de Caxias, comandada pelo Cel. Joel Francisco, colaborou no projeto.

O Projeto Caminhos Geológicos - uma iniciativa do DRM-RJ / Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro - foi implantado, inicialmente, em Búzios, na Região dos Lagos, em agosto de 2001 e, hoje, conta com 95 painéis, espalhados por 32 municípios do Estado. A autoria deste painel é da geóloga Kátia Mansur (DRM/UFRJ), coordenadora do Projeto Caminhos Geológicos, e das alunas de geologia da UFRJ, Marion Freitas e Sabrina Barroso.

O Forte Duque de Caxias (Forte do Leme) está aberto à visitação de terça a domingo, das 9h30 às 16h30. Aos sábados, domingos e feriados, há transporte para o alto do Morro do Leme, com saídas às 10h, 11h30, 13h30 e 15h30, percorrendo área de preservação ambiental, no meio da Mata Atlântica. O endereço do Forte Duque de Caxias é Praça Almirante Júlio de Noronha, bairro do Leme, Rio de Janeiro, e os contatos podem ser feitos pelo telefone (21) 2275-7696 ou com Marcia Melos (e-mail: marciencias2002@yahoo.com.br).



INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DESACELERA

Várias associações ligadas ao setor de construção civil estão revisando para baixo projeções sobre crescimento da construção civil em 2011, ante o fraco desempenho no primeiro quadrimestre, quando o faturamento da indústria da construção cresceu apenas 0,96% em relação ao mesmo período de 2010. A Associação Brasileira de Materiais de Construção (Abramat) acha difícil o crescimento chegar a 7% no ano, enquanto a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção é ainda mais pessimista, reduzindo a previsão de crescimento anterior de 8,5% para 5% no máximo. Ambas atribuem o fraco crescimento a medidas de contenção de crédito para conter a inflação, como elevação dos juros e aumento do IOF, que impactaram a venda de materiais de construção para obras de ampliação e reforma.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (Asfamas) registrou queda de 26% na venda de materiais para saneamento e atribuiu a queda ao atraso nas obras de saneamento, argumento que o Ministério das Cidades refuta.

O Sindicato da Indústria do Cimento (SNIC) também acusou queda no consumo e reduziu as expectativas de crescimento de 9% para 6%, atribuindo as causas à dificuldade de obtenção de crédito. O primeiro quadrimestre mostrou um aumento de consumo de 6,2% em relação ao mesmo período de 2010. A maior alta foi na região Norte, com 15,5%. O crescimento nas demais regiões: Sul (9,6%), Sudeste (5,6%), Centro-Oeste (5,5%) e Nordeste (3,1%).

III WORKSHOP REDUÇÃO DE CUSTOS

A Revista Minérios & Mineraleis realizou no Hotel Mercure, em Belo Horizonte/MG, nos dias 10 e 11 de maio, o III Workshop Redução de Custos na Mina e na Planta. O evento, que teve grande participação de técnicos das empresas de mineração e de serviços ligadas ao setor mineral, contou com o apoio, entre outras instituições, da ANEPAC.

As sessões do dia 10 de maio, cujo mediador foi Carlos Trubbianelli, presidente da CSCM da Abimaq, foram: programas de redução de custos; estudos para adoção de sistemas in-pit; desenvolvimento recentes de ferramentas de TI e automação; desenvolvimentos recentes na otimização da lavra; novos paradigmas na geração de rejeitos e disposição em barragens; aumento da produtividade na britagem e peneiramento; otimização de circuitos de moagem; flotação; e otimização de processo.

No dia 11 de maio, as sessões da manhã tiveram como mediador Joseph Young, editor da revista Minério & Mineraleis, e os temas foram: manutenção de frota; e redução do consumo de energia elétrica. As sessões da tarde tiveram como mediador José Mendo Mizael de Souza, presidente da J. Mendo Consultoria, e os temas foram: manutenção na planta; retenção de mão de obra; programas de ‘acidente zero’ na mina e na planta; operação 24 horas na mina e análise comparativa da competitividade de caminhões off-road.

Vários trabalhos premiados no 13º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-Metalúrgica Brasileira foram apresentados durante o workshop atraindo a atenção do auditório. Para o setor de agregados, as palestras que mereceram destaque foram: “Britagem in-pit truckless – aplicação de britagem móvel e glory-hole”, apresentada por Toshihiko Ohashi, da Metso, que tratou de uma pedreira de agregados na Áustria; “Técnicas de controle avançado e análise de imagem no processo mineral”, apresentada por Marco Aurélio Martins, da Cemi-Tecnologia de Processos e Engenharia; “A importância da operação de perfuração e desmonte de rocha na integração e otimização de processos: uma análise dos resultados obtidos em vários projetos ao redor do mundo”, apresentada por José Silvio Corsini, da Metso; “Análise de vibração Haver – o check-up de seus equipamentos vibratórios”, apresentada por Francisco de Souza Silva, da Haver; “Soluções de lubrificação na mina” e “Soluções de lubrificação na planta”, apresentadas por Fábio Afonso, da Mobil; “Programas de desenvolvimento e retenção de mão de obra”, apresentada por Renata Schaefer Moura, da CSN; “Programa de Segurança total e acidente zero”, apresentada por Vanessa Valeria Silva, da Fagundes Construção e Mineração; e “Primarização das operações de mina, uma questão de custos e lei”, apresentada por Joselito Dasio, da Namisa.



Joseph Young, da Minérios & Mineraleis



Platéia do evento



Olimpio Salgado Filho e Valter Hugo Sales

“COMÍCIO PELAS ESTRADAS” PEDE URGÊNCIA POR INVESTIMENTOS

No dia 24 de maio, centenas de pessoas ligadas à indústria da construção ocuparam a National Mall em Washington para manifestar ao Congresso Americano a necessidade de aprovar com urgência a lei que visa aumentar os recursos do fundo de construção e manutenção do sistema de transporte de superfície e do transporte público. Organizado pelas Associação Americana dos Agregados (NSSGA) e Associação Americana do Concreto (NRMCA) em conjunto com a Coalizão da Construção e Transporte (TCC) e apoio da Associação dos Distribuidores de Equipamentos (AED), o “Comício pelas Estradas” congregou empregados de todos os setores da indústria da construção de estradas incluindo fornecedores de materiais, construtores de estradas, produtores de equipamentos e distribuidores. Também reuniu líderes da indústria, sindicatos de trabalhadores e políticos favoráveis a investimentos em infraestrutura.

Os manifestantes pedem que a “lei das estradas” seja aprovada, argumentando que, sem ela, os estados não podem planejar e, conseqüentemente, os empreiteiros não terão serviço e os trabalhadores ficarão sem trabalho. Afirmaram que os beneficiários não serão só a indústria da construção nem os empregos gerados, mas a capacidade de a economia americana competir no mercado global. Disseram que, enquanto a China investe 9 de cada 100 dólares em infraestrutura e a Europa 5 em cada 100, os Estados Unidos somente 2,40 dólares.

“Se não fizermos disso uma das prioridades, se não mantivermos o que temos e construímos para o futuro, vamos ver a América declinar fazendo com que as próximas gerações tenham um nível de vida abaixo do que tivemos e que herdamos de nossos pais e avós”, disse o presidente da subcomissão da Aviação do Congresso Tom Petri. Falaram ainda membros da Comissão de Transporte e Infraestrutura, de Estradas e Trânsito do Congresso e membros de comissões equivalentes no Senado.

A extensão da atual lei vence em 30 de setembro deste ano.

SETOR MINERAL: RUMO A UM NOVO MARCO LEGAL

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados lançou no dia 8 de junho de 2011, o VIII Caderno de Altos Estudos "Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal", que apresenta uma análise do marco regulatório do setor mineral no Brasil, em seus aspectos jurídico-constitucionais, econômicos e fiscais. Apensado ao estudo, foi apresentado o Projeto de Lei nº 463, de 2011, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/1967 visando a adequação das disposições do Código às normas constitucionais de 1988, notadamente no que concerne aos regimes de aproveitamento dos recursos minerais. O PL também propõe alterações na Lei nº 8.001/1990, dispondo sobre o pagamento de uma participação especial pelo produtor mineral nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade na exploração de recursos minerais, bem como sobre o pagamento das participações do proprietário do solo e do pesquisador originário nos resultados da lavra de recursos minerais. O projeto determina ainda que a outorga de autorização ou concessão de lavra seja precedida de licitação.

Mais informações sobre o estudo podem ser obtidas no Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, pelo telefone (61) 3215-8625 ou pelo e-mail caeat@camara.gov.br .

WORKHOP MINING INVESTMENT BRAZIL SUMMIT

Entre os dias 24 e 26 de maio, o International Quality & Productivity Center (IQPC) promoveu, em São Paulo, o Workshop Mining Investment Brazil Summit, tendo como focos principais a área técnica e investimentos. Entre os presentes, profissionais das áreas técnica e gerencial das grandes empresas de mineração brasileiras, empresas siderúrgicas, bancos, fundos de investimento, construtoras, associações, empresas de consultoria e governo.

A ANEPAC, representada pela Geóloga Gláucia Cuchierato, assessora da diretoria, fez a apresentação intitulada: **“A demanda gerada pelas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 - As possibilidades para o setor de mineração, infraestrutura e construção civil geradas pelos grandes eventos de 2014 e 2016, no Brasil”**.

Além do desenvolvimento do tema central, que teve apoio do DECONCIC/FIESP e SINAENCO para a elaboração dos dados relacionados à Copa e Olimpíadas, foi feita uma apresentação da importância dos agregados para o desenvolvimento do país, uma vez que este produto mineral é o mais consumido no mundo. Foram apresentados índices de consumo per capita, consumos médios das principais obras, dentre outras informações, e discutiu-se muito sobre as possibilidades de negócios nas diversas áreas relacionadas aos grandes eventos esportivos que serão sediados no Brasil.

AS MAIORES EMPRESAS DE AGREGADOS DO MUNDO

Vulcan Materials Co. (EUA)

A maior produtora americana de agregados para construção, Vulcan Materials Company, fornece pedra britada, areia e cascalho para construtoras de todo o país. Por anos seguidos, tem sido a maior empresa produtora dos Estados Unidos com vendas de US\$ 2,5 bilhões em 2009. Apesar da queda acentuada de lucro no 3º trimestre de 2010, a empresa é ainda uma das proeminentes do mundo. Com mais de 300 estabelecimentos de produção e escritórios em 22 estados americanos, Bahamas e México, a Vulcan possui 173 pedreiras e 48 cavas de areia e cascalho, sendo reconhecida não somente dentro da indústria de agregados, mas entre empresas de todos os setores, tendo aparecido oito vezes entre as Mais Admiradas Companhias da revista Fortune, além de estar entre as 10 mais na categoria Responsabilidade Social.

Martin Marietta Aggregates (EUA)

Embora por anos a fio esteja atrás da Vulcan entre as maiores empresas de agregados para construção dos Estados Unidos, a força da Martin Marietta Aggregates repousa na experiência adquirida, com raízes fincadas desde 1939 com a empresa Superior Stone. Em 2009, a empresa teve um ano magnífico, com ganhos de US\$ 85,5 milhões, apesar da queda no volume vendido. Com mais de 285 pedreiras e postos de distribuição nos Estados Unidos, Bahamas e Nova Escócia (Canadá), é líder na indústria pelo seu preço competitivo, localização e quadro de funcionários. Os consumidores também apreciam seu interesse na preservação ambiental e na recuperação das áreas trabalhadas, criando novos usos para elas.

Tarmac (Reino Unido)

A Tarmac é uma grande produtora de materiais de construção com presença no Reino Unido e no Oriente Médio. A empresa, criada em 1901, tornou-se a maior fornecedora de agregados do Reino Unido. Além de fornecer agregados a seus consumidores, atende a comunidades e investidores. Com mais de 100 operações minerais e 40 plantas de reciclagem, a Tarmac fornece calcário, granito, areia silicosa e caulim; além de produtos como asfalto, peças de concreto, materiais para calçamento e solos.

Oldcastle Materials, Inc. (EUA)

Baseada em Atlanta, no estado americano da Geórgia, Oldcastle Materials atende a empresas de construção e pavimentação com agregados, asfalto e concreto. Suas operações em 42 estados americanos ultrapassam 1.400 estabelecimentos e empregam 18.000 empregados. Seu serviço de suprimento de agregados enviou 121 milhões de toneladas de agregados para 640 plantas. Além de produzir agregados de fontes naturais, a Oldcastle também é grande recicladora de materiais de construção, sendo que o asfalto que fornece contém 50% de material reciclado.

Aggregates Industries (Reino Unido)

Em mais de 30 anos, a britânica Aggregates Industries criou um status mundial por sua política de expansão por aquisição de outras companhias. Ela não se restringe à área de agregados e produz também asfalto, concreto, blocos, cimento, argamassas, além de executar serviços. Abastecendo clientes com agregados primários, secundários e reciclados, a empresa não discrimina clientes ou projetos pelo seu tamanho e faz entregas por rodovia, ferrovia e via marítima.

Holcim (Suíça)

Fornecedora mundial de agregados, a empresa suíça Holcim opera mais de 70 áreas em vários países. Embora forneça produtos especializados e serviços, agregados são um de seus principais, tornando-se um foco nos anos 90. Fundada em 1912, a empresa vem crescendo continuamente tanto em mercados desenvolvidos como nos emergentes, devido a sua estratégia de negócios. Fornecedora de agregados para a indústria da construção, a Holcim também fornece concreto e asfalto. Com mais de 80 mil empregados, sua diversidade é o que a fortalece.

POWERSCREEN LANÇA BRITADOR MÓVEL GIGANTE

A Powerscreen, unidade da Terex, uma das líderes mundiais na produção de sistemas de britagem e peneiramento móveis lançou o Powerscreen 1500 Maxtrak, o maior modelo da linha de britadores móveis que inclui os modelos 1000, 1000SR e 1300. O equipamento completa a linha de gigantes lançada pela empresa, desde 2010, da qual já fazem parte o maior britador e a maior peneira do mercado, XA750 e Warrior 2400, respectivamente. O 1500 Maxtrak é um dos maiores britadores cônicos móveis do mercado e foi desenvolvido para grandes produtores. Ele aceita alimentação de um britador primário e pode produzir 950 toneladas por hora. O britador usa a tecnologia dos britadores cônicos Terex Automax e o usuário pode se beneficiar do protetor hidráulico de sobrecarga, ajuste hidráulico do britador, excelente formato do produto e alta razão de redução.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SOBRE AGREGADOS
PARA CONSTRUÇÃO CIVIL**

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

08 a 10 de novembro 2011 - Bourbon Atibaia Spa Resort

Painel 1 – Experiência Internacional das Relações Comunitárias

Painel 2 – Experiência da Mineração Brasileira em Relações Comunitárias

Painel 3 – Ordenamento Territorial como Garantia de Suprimento Futuro

Painel 4 – Exigências dos Consumidores: Requisitos Socioambientais e de Qualidade na Produção de Agregados

Painel 5 – A Imagem Pública do Setor de Agregados

Inscrições: www.anepac.org.br - Preço promocional até 31/08.

Patrocínio



Organização



Realização



Agência de Turismo Oficial  **AFS Viagens & Turismo** Tel.: 55.11.3258.0470 – afsturismo@terra.com.br - www.afsturismo.com.br

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL PARA AGREGADOS

A forma de minerar e comercializar agregados pode estar mudando na província de Ontário, Canadá, com o lançamento de um programa de certificação para uma audiência de cerca de 70 pessoas da Gravel Watch Ontário (Vigilantes do Cascalho de Ontário) reunida na cidade de Guelph na noite do dia 7 de junho. A proposta prevê que, já em 2013, a comercialização de agregados pode trazer uma espécie de “selo verde”. Um dos grandes produtores canadense, Holcim Canada, promove junto com a ONG Environmental Defense Canada (EDA) o SERA - Socially and Environmentally Sustainable Aggregate (Agregado Social e Ambientalmente Sustentável). O SERA preparou um conjunto de especificações pelo qual a indústria do agregado deve ser julgada. Empresas produtoras de agregados que buscarem a certificação ganhariam a aprovação e os negócios dos consumidores “verdes” e capitalizariam o que está sendo chamado de “consumismo verde”, fenômeno que, acredita-se, veio para ficar e está crescendo.

Rick Smith, diretor-executivo da EDA, disse que quase tudo que for ofertado terá um selo verde, citando a certificação do setor energético LEED – Leadership in Energy and Environmental Design (Diretivas para Projetos Energéticos e Ambientais) e selo do setor florestal FSC – Forest

Stewardship Council (Conselho de Administração de Florestas). Observou que, hoje, as decisões dos consumidores de madeira são muito influenciadas pelo selo FSC, pois, isso significa que toda retirada e beneficiamento dela obedeceram a especificações ambientais.

Smith disse que os agregados precisam desse tipo de certificação e que o SERA veio para preencher essa lacuna exigindo sete especificações que terão de ser cumpridas pelo setor. Disse também que o SERA pode ajudar a evitar oposição das Câmaras Municipais, que são custosas e demoradas, já que o fato de a empresa ser certificada é uma garantia para todos os envolvidos de que os projetos serão tocados para atender aos interesses da comunidade e com respeito ao meio ambiente.

Entre as normas figuram: a proteção das áreas naturais mais importantes do ponto de vista ecológico e hidrogeológico; envolvimento total com comunidades locais e grupos indígenas antes de a atividade extrativa ser licenciada e durante o ciclo de vida da mina; tempo limite definido para a extração mineral e planos de desativação que incorporem os interesses da comunidade; capacidade de governos e consumidores privados alavancarem seu poder de compra e exigir agregados obtidos responsabilmente para atingir as exigências de normas e

políticas de novas especificações “verdes”; e ferramenta baseada no mercado para que agências reguladoras governamentais saibam quais locais de extração atingem as expectativas sociais, ambientais e de proteção das águas das comunidades locais.

Assim, para que as minas de agregados sejam certificadas exige-se que: fiquem fora de terras ambientalmente sensíveis, como terras agrícolas valiosas (vinho da Península do Niágara, frutas, cinturão verde); áreas protegidas; florestas essenciais, habitat de espécies em extinção e áreas pantanosas essenciais; sejam criados habitats para vida selvagem que compensem até três vezes a área ocupada pela pedreira ou cava; sejam reduzidas as emissões de gás que causem efeito estufa em 15% em relação a níveis de 1990; sejam minimizadas a extração de matéria prima por meio de reciclagem de concreto e agregados, baseada em normas provinciais que aumentem o conteúdo de material reciclado em materiais de construção; sejam feitos investimentos na melhoria da qualidade da água, garantindo que a quantidade e a qualidade da água superficial e de subsolo não sejam afetadas; e sejam promovidas atividades que envolvam as comunidades em todos os passos decisivos da instalação da atividade, incluindo escolha do local, forma de operar e reabilitar a área.

Associação de Produtores

Um processo de certificação similar e concorrente chamado Fórum Agregados de Ontário também está sendo desenvolvido por seis outras ONGs e a OSSGA – Ontario Stone Sand & Gravel Association (Associação da Pedra, Areia e Cascalho de Ontário). A presidente da OSSGA, Moreen Miller disse que o processo SERA é limitado a uma empresa e a um grupo ambiental. Miller informou também que há dois anos seus membros trabalham num programa de certificação, a fim de demonstrar compromisso com as questões ambientais. Afirmou que a linha tomada foi a de incluir todos os interessados e a busca do consenso, além de um investimento de C\$ 100.000 em projetos de pesquisa para analisar qual tipo de certificação é a mais adequada. Disse que só recentemente tomou conhecimento do processo SERA.

Por sua vez, a Associação do Cimento do Canadá aplaudiu a iniciativa da Holcim Canadá e da EDA pela atitude visionária. Seu presidente, Michael McSweeney, disse: “Enquanto o suprimento seguro e de longo prazo de agregados é essencial para a infraestrutura do país e a viabilidade das indústrias do cimento e do concreto, a proteção ambiental e a qualidade de vida para as comunidades são também de importância capital. SERA e suas normas abrirão à nossa indústria um mapa para atingir ou exceder práticas de

gerenciamento social e ambiental de primeira categoria. Quando as normas forem adotadas de modo geral, darão ao consumidor e ao público em geral uma segurança tangível de que nossa indústria está agindo de forma clara.”

Holcim

Críticos dizem que “agregado verde” é um paradoxo, já que exige que seja escavado por máquinas ou desmontado por explosivos. Bill Galloway, vice-presidente sênior da Holcim Canadá, está convencido de que isso será possível, caso as minas estejam em áreas onde o dano ambiental possa ser minimizado, e com a adoção de medidas que evitem problemas para os vizinhos. “Vemos isto como uma mudança que vem sendo adotada por grande parte dos empreendedores”, disse. A Holcim tem a intenção de buscar o “selo verde” para todas as 25 áreas onde extrai pedra, areia e cascalho, no Canadá.

A decisão de um dos maiores produtores de agregados, como a Holcim, de buscar um acordo de certificação com ambientalistas vem depois de uma série de reveses dos produtores de agregados impotentes para superar a oposição ambiental. A questão sobre extração de agregados não está restrita à região Sul de Ontário, cuja densidade populacional é alta. Mas, também, em torno de Calgary, Edmonton, na Columbia Britânica e Nova Escócia. ■

AUDITORES E ESPECIALISTAS NAS ÁREAS DE IMPOSTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL



AUDIT

Auditoria de Demonstrações Contábeis
Outros Serviços de “Assurance”

TAX

Serviços de Consultoria Tributária e
Societária

ADVISORY

Consultoria Empresarial
Consultoria em Governança Corporativa

Fundada em 1991, a PP&C Auditoria e Consultoria é reconhecida pela sua competência, seriedade e alto padrão de qualidade nos diversos serviços que realiza.

Com equipes capacitadas nas áreas de auditoria, impostos, consultoria, aquisições e fusões, tecnologia da informação, gestão de riscos e auditoria interna, a PP&C tornou-se referência no mercado.



Av. Paulista, 1.765 - 10º/12º andares
CEP 01311-930 - São Paulo - SP
tel.: (11) 3883-1600 / fax: (11) 3284-9339
www.ppc.com.br

COMUNICAÇÃO



Por: **Jussara Gontow** -
Pró Cultura Marketing e Eventos

ANEPAC vivencia uma nova cultura de comunicação

Criar a cultura da comunicação de dentro para fora na ANEPAC é um dos grandes desafios da Pró Cultura Marketing e Eventos, que assumiu há alguns meses o trabalho de criar nova imagem dentro da própria entidade e no mundo externo, fazendo chegar informações sobre o setor nos mais diferentes canais. O trabalho da Assessoria está só começando - a primeira ação na ANEPAC foi

mapear a entidade, seus associados e conhecer um pouco a forma de comunicação entre eles. Hoje, todos os associados, além de sindicatos das empresas mantenedoras, formadores de opinião e empresas associadas já recebem, logo de manhã, um clipping com informações do setor publicadas na imprensa nacional.

O próximo desafio é ampliar-mos ainda mais a comunicação entre os associados bem como sua velocidade. E, principalmente, com o mercado. Queremos mostrar o que está sendo feito, estimular as boas práticas, os trabalhos com a comunidade e a troca de experiências com o mercado nacional e internacional.

Foi elaborado um folder institucional entregue aos representantes do governo, associados, jornalistas, etc. Além disso, foi estabelecido um planejamento comercial para atrair parceiros anuais e institucionais da entidade. Hoje, empresas como a Caterpillar, Britanite, Metso, Mercedes e PP&C são parceiras anuais da ANEPAC e deverão ter vantagens pela maior proximidade com o setor.

A aproximação com a imprensa já é realidade. Recentemente, foram gravadas reportagens para o programa da TV Bandeirantes "Brasil Caminhoneiros" nas instalações de empresas associadas à ANEPAC e a entidade foi pauta na revista Construção.

Alinhamento

Como a Pró Cultura também trabalha o marketing, nesta área foram tomadas algumas decisões importantes. Dentre elas, o alinhamento dos discursos e das mensagens-chave da entidade. Foi construída uma nova marca - com a participação dos associados - mais moderna, e que reflete areia e brita. O próximo passo será a padronização de toda a papelaria estampando o novo logo da entidade.

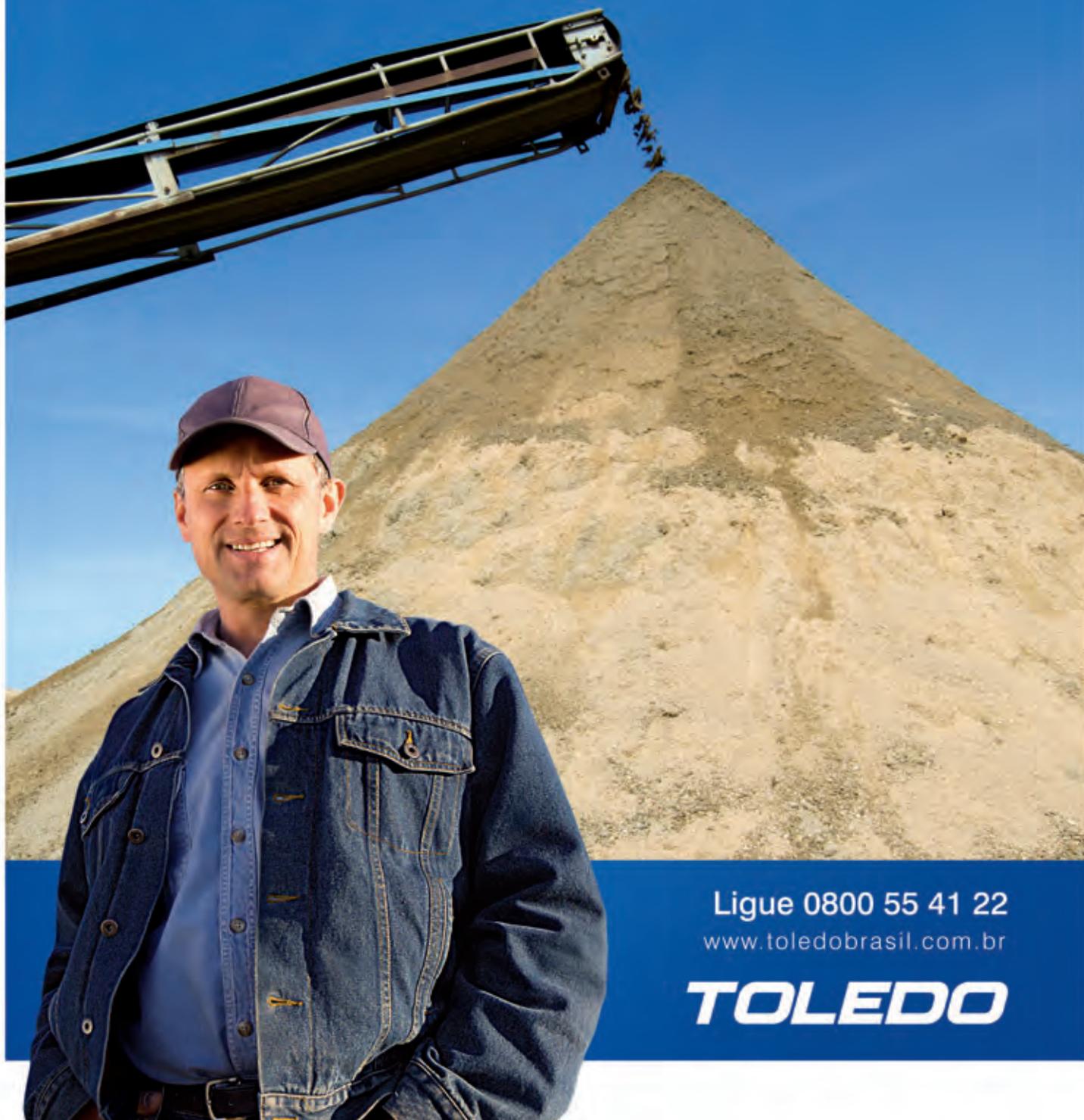
Todos os que atuam na entidade também contam com um manual de identidade para aplicação da marca. Foram propostas alterações no site da ANEPAC, que está em andamento, e pretende-se criar diferentes canais para integrar os mais diferentes públicos - este processo ainda está longe de se completar. ■

É hora de colocar seus investimentos na balança.

Deixe de lado o controle através do volume e aproveite todo o material.

Pese com a 900i, a nova balança rodoviária da Toledo.

Seu negócio muito mais lucrativo, ágil e seguro.



Ligue 0800 55 41 22
www.toledobrasil.com.br

TOLEDO

O BRASIL CONFIA NA FORÇA DESTA MARCA

Para realizar grandes obras que transformam cada vez mais o Brasil, os revendedores Caterpillar garantem produtos e serviços que tornam realidade os sonhos e projetos de um país que não para de crescer.

Abrindo caminhos e construindo o desenvolvimento de todas as regiões do Brasil.

KMIntegrada.com



- ▶ SUPORTE EM TODO BRASIL
- ▶ QUALIDADE COMPROVADA PELO MERCADO

Marcosa 

Av. Visconde do Rio Branco, 6000
60850-012 | Fortaleza-CE
Fone: 0800 084 8585
www.marcosa.com.br

PESA 

BR 116, nº 11.807, Km 100
81690-200 | Curitiba-PR
Fone: 41 2103.2211
www.pesa.com.br

Sotreq 

Rodovia Anhanguera, Km 111,5
13178-447 | Sumaré-SP
Fone: 0800 022 0080
www.sotreq.com.br